

MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA IMPRENSA BRASILEIRA

Uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos:
Julho de 2005 a junho de 2007
Julho de 2007 a dezembro de 2008

Realização:



Apoio:



MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA IMPRENSA BRASILEIRA

Uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos:
Julho de 2005 a junho de 2007
Julho de 2007 a dezembro de 2008

Realização:



Apoio:



SUMÁRIO

R	Resumo Executivo	4
I	Introdução	8
A	Análise dos resultados	
	1- Agendando o debate	25
	2- Informação contextualizada	36
	3- A mídia como watch dog	51
C	Considerações finais	61
B	Bibliografia	63
	Anexo I	65
	Anexo II	66
	Ficha técnica	67



RESUMO EXECUTIVO

Este documento apresenta os principais resultados alcançados a partir do monitoramento de 50 jornais de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, entre julho de 2005 e dezembro de 2008. O objetivo da pesquisa é avaliar em que medida questões relacionadas ao fenômeno das Mudanças Climáticas repercutem na imprensa nacional e investigar a qualidade deste conteúdo.

A condução do estudo foi dividida em três etapas. A primeira delas focalizou um período de 24 meses (julho de 2005 a junho de 2007). De maneira a identificar potenciais alterações nas tendências encontradas, a ANDI aplicou a metodologia de monitoramento na cobertura referente ao primeiro semestre de 2008. Os resultados comparativos foram suficientemente interessantes para justificar um terceiro esforço de análise, de forma a suprir os intervalos desconsiderados nas avaliações anteriores: os últimos seis meses dos anos de 2007 e de 2008.

Com base neste trajeto investigativo, o presente documento busca refletir sobre as principais características do tratamento editorial dedicado às Mudanças Climáticas pela imprensa brasileira. Para melhor evidenciar as variações na abordagem dos diários, utilizaremos dados comparativos relacionados a dois períodos consolidados de monitoramento:

1º período (2005/2007): Julho de 2005 a Junho de 2007 (24 meses)

2º período (2007/2008): Julho de 2007 a Dezembro de 2008 (18 meses)

Números gerais da cobertura

Os resultados da análise de mídia desenvolvida a partir dos textos publicados entre 2005 e 2007 evidenciaram um aumento significativo no número de matérias sobre Mudanças Climáticas a partir do segundo semestre de 2006, mantendo-se em ascensão até junho de 2007. A partir do segundo semestre daquele ano, começa a se delinear uma queda na cobertura, que se estende até 2008. Esta mesma tendência foi observada em pesquisas internacionais.

Em 2005/2007, cada periódico publicou em média uma notícia a cada quatro dias; em 2007/2008 esse índice caiu para uma notícia a cada 5,5 dias.

Apesar da redução no total de matérias, alguns aspectos devem ser considerados:

- O volume de notícias alcançado entre o final de 2006 e o primeiro semestre de 2007 foi impulsionado por uma agenda internacional repleta de eventos suficientemente expressivos para despertar o interesse da imprensa.

Entre 2006 e 2007 é possível destacar acontecimentos de forte apelo midiático em relação às Mudanças Climáticas, como por exemplo:

- O lançamento do Relatório Stern, em outubro de 2006;
- A estréia do documentário *Uma verdade inconveniente*, protagonizado pelo ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, em novembro de 2006, e o Oscar concedido a ele no ano seguinte;
- A concessão do prêmio Nobel da Paz a Al Gore e ao IPCC, pelos esforços na disseminação de informação sobre as Mudanças Climáticas no mundo em outubro 2007.

No ano seguinte, os fatos envolvendo as alterações do clima não tiveram a mesma expressividade.

- A partir do segundo semestre de 2007 houve uma diminuição dos chamados “ganchos jornalísticos” (**documentários, relatórios, entrega de prêmios**), levando a uma relativa perda de interesse em relação ao tema, não apenas no Brasil, mas na imprensa de todo o mundo.
- Apesar da redução em relação ao período que se estende de outubro de 2006 a dezembro de 2007, a quantidade de matérias veiculadas em 2008 (uma a cada seis dias) está acima da média observada nos primeiros 12 meses monitorados (julho de 2005 a junho de 2006), quando foi identificada aproximadamente uma notícia a cada nove dias.
- A cobertura sobre as Mudanças Climáticas está fortemente concentrada nos jornais de circulação nacional (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Correio Braziliense*, *Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil* – os dois últimos com uma linha editorial de foco econômico).
- Entre julho de 2005 e junho de 2007, os seis diários de alcance nacional foram responsáveis por 37% da cobertura. No segundo período de monitoramento – julho de 2007 a dezembro de 2008 – essa concentração se tornou ainda mais expressiva, chegando a 45,5%.
- Entre esses seis veículos, a média de notícias publicadas por jornal, durante todos os 42 meses analisados, foi de um texto a cada 2,2 dias. Já entre os diários locais esse índice se limitou a uma matéria a cada nove dias.

Valorização da cobertura sobre o Brasil

- Dentre as matérias que se prendem a localidades específicas, as referências ao contexto brasileiro subiram de 42,7% (julho de 2005 a junho de 2007) para 72,3% (julho de 2007 a dezembro de 2008).

Temas mais abordados

- Entre 2005/2007, a abordagem da imprensa se concentrou em três subtemas: Efeito Estufa (26,1%), Questões Energéticas (13,5%) e Conseqüências e Impactos da Mudança Climática (12,1%).
- Entre 2007/2008 houve mudança nesse quadro, com destaque para: Medidas de Enfrentamento (26,8%); Conseqüências e Impactos (9,8%); Mudança Climática em Geral (8,5%) e Ação Coletiva Internacional (8,3%).

Estratégias de mitigação e adaptação

- O percentual de matérias que se referem a estratégias de mitigação atingiu patamares bastante expressivos ao longo de todos os períodos analisados, registrando ainda um leve aumento quando se comparam os dados relativos a 2005/2007 com os de 2007/2008: de 45,5% para 51,1%.
- Já os recursos de adaptação foram citados em apenas 3,6% das notícias analisadas em 2005/2007, subindo para 6,8% em 2007/2008.
- Dentre as estratégias de mitigação mencionadas, houve maior foco no setor energético em 2005/2007 (45,1%) e na utilização do solo e das florestas em 2007/2008 (25,4%).

Metas de redução de emissões

- Os dados computados pela ANDI indicam uma valorização do debate em torno da necessidade de investimento em medidas que reduzam diretamente o volume de emissões. A menção a metas que atuem nesse sentido subiu de 15,4% para 32,9% entre os dois períodos analisados.

- A menção à posição adotada pelo Brasil em relação a tais metas também subiu, de 3,7% para 11,8%.

Contextualizando a questão

- A metodologia de pesquisa avaliou a utilização, pela imprensa, de quatro grandes variáveis de contexto relacionadas às Mudanças Climáticas, cujos percentuais médios foram:
 - a) Menção a conceitos relativos ao fenômeno (1,3%);
 - b) Menção a evidências que comprovam a existência do problema (24,4%);
 - c) Menção a aspectos que explicitam sua gravidade (32,7%); e
 - d) Menção a dados estatísticos (46%).
- Considerado um dos grandes diferenciais na abordagem jornalística das Mudanças Climáticas, a menção a legislação ficou acima de 40% durante todo o período analisado (42,1% entre julho de 2005 e dezembro de 2007 e 43,1% entre julho de 2007 e dezembro de 2008).

Causas, consequências e soluções

- A menção a causas e soluções relativas aos fenômenos climáticos se manteve estável entre os dois períodos:

Causas – 36,5% (2005/2007) e 36,6% (2007/2008)

Soluções – 41,8% (2005/2007) e 41,1% (2007/2008)
- A referência a consequências, por sua vez, sofreu uma redução expressiva: de 58,5% (2005/2007) para 34,4% (2007/2008).
- Os governos ocupam uma posição de destaque na relação dos responsáveis pelo enfrentamento do problema, segundo a imprensa. Se somados, os poderes públicos do Brasil e de outros países foram responsabilizados em 24,2% das matérias analisadas entre julho de 2005 e junho de 2007. O valor é muito semelhante ao observado no período subsequente – julho de 2007 a dezembro de 2008 – que foi de 23,7%.
- Os dados indicam, contudo, uma importante alteração no tratamento desse aspecto. Se no primeiro momento havia a percepção de que os governos estrangeiros eram os principais responsáveis por apresentar respostas ao problema (24%), na segunda fase da investigação essa demanda foi transferida para o Executivo brasileiro (32,2%).
- A área ambiental continua sendo indicada como a mais impactada pelo fenômeno, apesar da redução entre o primeiro e segundo período (72,6% e 56,5% dos textos, respectivamente). Vale registrar também o aumento na menção aos impactos econômicos (de 16,8% para 24,6% entre 2005/2007 e 2007/2008).

Fontes ouvidas

- Outro resultado positivo está na redução do número de matérias onde não foi possível identificar ao menos uma fonte consultada, caindo de 24,9% (2005/2007) para 14% (2007/2008).
- As fontes mais citadas nos dois períodos foram: especialistas e técnicos (18,6% e 17,8%, respectivamente) e autoridades governamentais (17,6% e 19,7%).
- Vale destacar a redução na utilização de fontes ligadas aos governos estrangeiros, que caíram de 11,5% (2005/2007) para 6,7% (2007/2008) e o aumento de 7,0% para 12,1% das vezes relacionadas ao ramo empresarial.

Temas relacionados

- Entre as temáticas específicas fortemente vinculadas à agenda das Mudanças Climáticas merecem destaque as questões energéticas e os gases de efeito estufa (GEE).
- Entre julho de 2005 e junho de 2007, 46% dos textos selecionados fizeram alguma referência à energia; no segundo período analisado o índice foi de 42,7%.
- A discussão sobre energia ainda está concentrada na utilização dos combustíveis fósseis (31,6% e 25,9%, respectivamente). No entanto, o debate em torno das energias limpas não ocupa um espaço desprezível, com destaque para o etanol, mencionado em aproximadamente 10% de todo o universo pesquisado.
- Um percentual superior a 50% das matérias sobre Mudanças Climáticas publicadas nos dois períodos fizeram alguma menção aos GEE (55,8% e 59,9%, respectivamente).
 - Mais da metade desses textos indicou a fonte responsável pela sua emissão, com um leve aumento entre uma etapa de investigação e outra (de 50,7% para 56,4%).

Enquadramento

- As Mudanças Climáticas ainda são prioritariamente abordadas a partir de um enquadramento ambiental – 43,6% (junho de 2005 a julho de 2007) e 45% (julho de 2007 e dezembro de 2008).
- Para além do enquadramento ambiental, podemos destacar ainda o razoável número de notícias (e com tendência de crescimento) que apresentam enfoque econômico (15,5% e 18,7%, respectivamente) ou político (11,5% e 15,8%).
- O debate sobre desenvolvimento registrou um leve aumento entre os dois períodos: de 15% dos textos analisados (2005/2007) para 19% (2007/2008).

Foco institucional

- Não houve alterações significativas no foco institucional das notícias publicadas entre 2005/2007 e 2007/2008. Os dois períodos foram caracterizados por uma valorização da esfera governamental (interna e externa), especialmente do Poder Executivo. A concentração nesse ator se tornou ainda mais evidente a partir de julho de 2007, chegando a representar 32,7% das notícias avaliadas – quase dez pontos percentuais acima do observado entre julho de 2005 e junho de 2007 (23,3%).
- Em 2005/2007, as articulações desenvolvidas no âmbito internacional ocuparam posição de destaque (46,7%). Já em 2007/2008, houve uma valorização da esfera governamental brasileira (60,2%, incluindo governo federal, estados e municípios).

Políticas públicas

Ao investigar a menção às políticas públicas nos textos sobre Mudanças Climáticas, nos deparamos com dois resultados importantes:

- A citação de ações desenvolvidas pelos governos (nacionais ou estrangeiros) já era bastante expressiva no primeiro processo de monitoramento (entre julho de 2005 e junho de 2007): 23,2%.
- Em trajetória ascendente, o índice veio atingir um patamar ainda mais expressivo – de 32,7% – entre julho de 2007 e dezembro de 2008.

Considerações gerais

Após um período de pico entre o último semestre de 2006 e início de 2007 – proporcionado pelo lançamento de pesquisas importantes sobre o impacto das Mudanças Climáticas e a consequente mobilização da comunidade internacional – a atenção dedicada ao fenômeno pelos jornais brasileiros assumiu uma tendência decrescente. Não obstante, dois aspectos merecem ser observados:

- O aumento dos números relativos a 2008, em comparação àqueles registrados no segundo semestre de 2005 e no primeiro de 2006.
- O comportamento diferenciado entre os periódicos de abrangência nacional e aqueles de circulação regional, sendo que no primeiro grupo a cobertura sobre o tema apresentou índices bastante expressivos ao longo de todo o processo de monitoramento.

Além disso, o tratamento dispensado ao tema apresentou avanços bastante significativos, com destaque para a transferência de uma abordagem de risco – que tende a enfatizar os impactos climáticos – para uma leitura mais atenta às estratégias de enfrentamento do problema, portanto de caráter mais preventivo.

Por fim, é fundamental mencionar a valorização das pautas que relacionam as alterações de temperatura a aspectos específicos do contexto brasileiro. Essa tendência, ainda que recente, pode ser facilmente percebida na referência cada vez maior a localidades dentro do país, às iniciativas assumidas no âmbito do governo federal e ao debate em torno da adoção de metas internas de redução de emissões. ◆



INTRODUÇÃO

“As Mudanças Climáticas serão, muito provavelmente, a principal notícia do século XXI, com impactos diretos e em grande escala sobre sociedades, economias e indivíduos”.¹ Essa afirmação não só identifica as alterações climáticas como pauta privilegiada para a mídia noticiosa como destaca dois aspectos determinantes para a mensuração do grau de relevância do fenômeno: além da intensidade das conseqüências esperadas, estamos diante um problema que tende a atingir, de forma significativa, as mais diversas regiões do planeta.

A amplitude desta agenda, portanto, vai além de uma determinada área do conhecimento ou do campo social. Não se restringe a um debate puramente científico ou, no máximo, de caráter ambientalista (no sentido reducionista do termo). O alerta sobre as mudanças climáticas está no cerne das reflexões sobre o desenvolvimento dos Estados Nacionais e suas sociedades daqui por diante – numa perspectiva que envolve a política, a economia, a saúde e diversos outros setores.

Por sua vez, como não podemos deixar de lembrar, as alterações climáticas apresentam-se como um desafio compulsoriamente compartilhado pela comunidade internacional. Como lembra de forma quase anedótica o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), não faz diferença para o fenômeno se o excesso de CO₂ provém de uma casa incendiada, de um carro ou da derrubada de florestas tropicais. “Quando os gases de efeito estufa entram na atmosfera terrestre não são segmentados de acordo com o país de origem: uma tonelada de CO₂ de Moçambique equivale a uma tonelada de CO₂ dos Estados Unidos”, diz o documento.

Ao contrário de outros embates internacionais, no qual os países mais poderosos poderiam impor alternativas unilaterais, as alterações climáticas só podem ser enfrentadas levando-se em conta um entendimento global. Nesse sentido, dois alertas colocados pelo relatório do PNUD – “o mundo tem menos de uma década para mudar o seu rumo” e “não há assunto que mereça atenção mais urgente, nem ação mais imediata” – dão a dimensão exata do cenário que se apresenta.

Clima e desenvolvimento

Vale lembrar que não faz muito tempo que o tema se converteu efetivamente em uma preocupação mundial. Um dos marcos recentes dessa atenção foi a publicação e massiva divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Em sua quarta edição de 2007 o documento apontava a responsabilidade do ser humano no processo de mudanças climáticas, de forma bastante enfática: já temos 95% de certeza científica quanto a



Risco para o desenvolvimento

Já em 2004 o relatório *Up and Smoke*, lançado pela organização internacional *New Economic Foundation*, afirma que as mudanças climáticas ameaçam o retrocesso no desenvolvimento da humanidade. “As organizações que se uniram para produzir esse relatório temem que sem a ação radical necessária dos governos, muitos dos ganhos do desenvolvimento humano estão em risco e podem ser revertidos”, afirma o documento. Nesse sentido, de acordo com a pesquisa, existe a ameaça de que as Metas de Desenvolvimento do Milênio, como diminuir a pobreza no mundo até 2015, não serão alcançadas em decorrência dos impactos das alterações do clima.

1 James Fahn, Diretor Geral para Programas de Meio Ambiente da Internews.

esta da influência. Ganham fôlego, a partir desses estudos, as argumentações que elegem como prioridade para as próximas décadas a alteração dos padrões de produção/consumo e do modelo de desenvolvimento econômico.



PAUTA RELEVANTE PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Desde 1996, a ANDI tem se notabilizado pela produção de um conjunto expressivo – e publicamente reconhecido – de análises de mídia sobre as mais distintas temáticas, sobretudo aquelas relacionadas ao universo imediato da infância e da adolescência.

Os resultados desses estudos estão sistematizados em um conjunto de publicações produzidas pela Agência – parte delas já traduzidas para o inglês e para o espanhol. Além de conteúdos sobre assuntos relevantes para as novas gerações, alguns desses produtos reúnem reflexões sobre outras questões centrais para as agendas social e ambiental do Brasil e/ou da América Latina. Desenvolvimento Humano e Pobreza, Responsabilidade Social Empresarial, Tecnologias Sociais, Direitos Humanos e Ciência & Tecnologia estão entre os temas abordados.

O objetivo destas análises tem sido promover, a partir do monitoramento da imprensa, uma cooperação efetiva com os agentes da notícia (jornalistas e fontes de informação). As contribuições buscam aprimorar o debate em torno destas temáticas e, conseqüentemente, favorecer a implementação de um modelo de desenvolvimento que leve em conta a garantia dos direitos humanos dos diversos segmentos populacionais e o uso sustentável dos recursos naturais. A partir dessa perspectiva, o diálogo público em torno das Mudanças Climáticas, além de sua repercussão mais ampla, também converge para o campo de atuação histórica da ANDI: a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Outro documento que se estabeleceu como referência central para o debate recente foi o relatório do economista britânico Nicholas Stern, encomendado pelo governo britânico e lançado em 2006. O estudo *The Economics of Climate Change* (A Economia das Mudanças Climáticas), mais conhecido como Relatório Stern, sentencia logo nas primeiras páginas: “a evidência científica é avassaladora: as Mudanças Climáticas apresentam riscos globais muito sérios e demandam uma resposta global urgente”.²

Para Stern, as mudanças climáticas são também a falha de mercado de maior escala que o mundo já viu. Em suma, aqueles que estão emitindo gases de efeito estufa impõem custos ao planeta e às futuras gerações, mas não sentem diretamente – nem pela via do mercado e nem por outras vias – as conseqüências de suas ações. Além disso, como não arcam com os custos, não enxergam incentivos econômicos para que as emissões sejam reduzidas. Na linguagem dos economistas, a alteração do clima induzida pelo ser humano é uma externalidade que não pode ser corrigida apenas pelo mercado. Depende, portanto, da ação regulatória do Estado e de acordos no plano internacional.

Outro aspecto decisivo da abordagem proposta pelo economista inglês está na defesa de que se a transição para um modelo produtivo com baixa emissão de gases estufa pode, no longo prazo, gerar oportunidades de desenvolvimento. Para Stern, os Estados não podem se abster de enviar um claro sinal ao mercado de que o enfrentamento das mudanças climáticas e deve ser vista como um investimento. O raciocínio é direto: os benefícios de uma ação urgente visando ao fenômeno são imensamente superiores ao custo que a inação geraria em um futuro não muito distante.

O poder da comunicação

O fato de que o enfrentamento da questão envolve necessariamente um esforço global, aliado à ampla reforma no padrão de desenvolvimento adotado até o momento, torna essencial que a temática ganhe, de forma consistente, a agenda dos decisores públicos e que também esteja amplamente disseminado entre a população em geral. Nesse sentido, os meios de comunicação ganham papel protagônico na consolidação do debate público sobre o tema, extrapolando a temática para além dos muros da ciência ou dos interesses de

2 STERN, Nicholas. *The economics of climate change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

grupos específicos e que já produzem alterações na política. É o que defende o PNUD, no relatório já mencionado:

Para além do seu papel de escrutínio relativamente às ações governamentais e aos decisores políticos, os media são a principal fonte de informação para o público em geral no que respeita à ciência das alterações climáticas. Dada a imensa importância da matéria em causa, trata-se de um papel de grande importância e de enorme responsabilidade.

Este enfoque é compartilhado por uma representativa literatura especializada, que vem analisando a mídia como uma forte impulsionadora dos processos de desenvolvimento das nações – aspecto fartamente explorado por um campo de estudos conhecido como “Comunicação para o Desenvolvimento”. Há, portanto, uma percepção cada vez mais robusta de que a atuação qualificada dos meios de comunicação interfere diretamente na melhoria dos indicadores sociais e ambientais – como é o caso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³.

Um exemplo dessa perspectiva está na argumentação do diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Koïchiro Matsuura, em seu prefácio para a publicação *Media and Good Governance* (Mídia e Boa Governança). Ele sublinha a necessidade de se reforçar a importância da proteção dos direitos fundamentais da liberdade de expressão e de imprensa, especialmente porque elas garantem o desenvolvimento:

Sem esses direitos, a democracia não pode prevalecer, e o desenvolvimento permanece inalcançável. Uma mídia independente, livre e plural tem um papel crucial a desempenhar na boa governança das sociedades democráticas, ao assegurar transparência e accountability, promover a participação e o Estado de Direito e contribuir na luta contra a pobreza.

Foi com base neste entendimento de que a imprensa é um ator fundamental para as democracias contemporâneas e para a garantia dos direitos humanos – e de que, portanto, constitui engrenagem-chave do processo de desenvolvimento das nações – que a Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, com o apoio do Programa de Comunicação em Mudanças Climáticas da Embaixada Britânica no Brasil, realizou uma série de estudos com foco no avaliar o comportamento da imprensa brasileira diante dos desafios climáticos (bem como vem trabalhando outros aspectos relacionados à relação entre o jornalismo e a temática, veja box na página seguinte). O resultado desse esforço, único e **pioneiro**, será detalhado no presente documento, que traz dados gerados pelo acompanhamento do noticiário ao longo dos últimos anos e pelo estabelecimento de análises comparativas entre dois diferentes sub-períodos.

Uma pesquisa no sistema Scielo (<http://scielo.br>) – a maior base de artigos acadêmicos publicados em revistas científicas brasileiras – com as expressões “mudanças climáticas”, “aquecimento global” e “efeito estufa” não retornou artigos que relatem resultados de investigações relacionadas à cobertura da mídia brasileira sobre as Mudanças Climáticas.

O texto avalia o tratamento editorial dispensado por 50 jornais brasileiros (veja a lista completa na página 23) ao debate sobre os mais diversos aspectos relacionados às Mudanças Climáticas. Estão contemplados nessa radiografia um total de 42 meses, período que se estende de julho de 2005 a dezembro de 2008. Os achados desta investigação constituem, como veremos a seguir, subsídios relevantes para uma leitura mais aprofundada do papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa na ampla discussão que vem sendo travada, em nível mundial, acerca das alterações registradas no clima do planeta e das possíveis conseqüências desse fenômeno no futuro.

³ Ver **Press freedom and development: an analysis of correlations between freedom of the press and the different dimensions of development, poverty, governance and peace**, Unesco, 2008; **Broadcasting, Voice and Accountability** Banco Mundial, 2008 ; **The right to tell: the role of mass media in economic development** Banco Mundial, 2002; **Human Development Report 2002: Deepening democracy in a fragmented world**, UNDP, 2002; **Desarrollo y libertad**, Amartya Sen, 2000.



AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO

Além das análises de mídia, a ANDI desenvolve diversas estratégias e ações no sentido de contribuir para o aprimoramento da cobertura de mudanças climáticas pela imprensa brasileira. A Embaixada do Reino Unido, o Conselho Britânico e a Embaixada da Dinamarca são os principais parceiros na realização dessas diferentes iniciativas.

Portal

O portal www.mudancasclimaticas.andi.org.br, estruturado como site de referência, conta com atualização permanente de conteúdos e oferece informações de maneira dinâmica e abrangente. As 26 seções – que reúnem mais de 150 páginas web – abordam os mais diversos aspectos do fenômeno climático: evidências científicas, negociações internacionais, políticas públicas, a questão da Amazônia, mitigação e adaptação, entre muitos outros. Além disso, conta com diversas funcionalidades multimídia, incluindo vídeos, áudios, artigos exclusivos, banco de fontes de informação e glossário.

Capacitação

Buscando oferecer diferentes oportunidades de capacitação para profissionais de imprensa e fontes de informação, no primeiro semestre de 2009 a ANDI realizou duas edições do Encontro Jornalismo, Política e Clima, reunindo especialistas, representantes governamentais nas negociações internacionais e jornalistas para um aprofundado debate sobre a inter-relação entre essas três temáticas. Além disso, são realizadas oficinas de capacitação nas próprias redações dos veículos de comunicação.

MÍDIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Acompanhar o trabalho da imprensa, ao menos para os estudos internacionais, não é uma atividade recente no campo das mudanças climáticas. Pesquisas demonstram a presença significativa – a despeito de críticas quanto ao conteúdo – da discussão sobre o fenômeno na mídia de diversos países desde, pelo menos, o final dos anos 1980⁴.

Mas quais elementos fortalecem essa tendência ao longo do tempo? Vários estudos elencam fatos que contribuíram para que alguns meios viessem a adotar um comportamento mais pró-ativo perante o fenômeno. Na década de 1960, nos Estados Unidos, a Conservation Foundation já organiza um importante evento sobre o tema, enquanto a comissão consultiva para a ciência vinculada à presidência do país alerta para suas causas humanas.

Nos anos 1970, segundo os pesquisadores Peter Weingart, Anita Engels e Petra Pansegrau⁵, repercutiram na mídia diversas declarações da comunidade científica alemã acerca dos problemas concretos relacionados às alterações climáticas. Em 1988, o cientista James Hansen, da Nasa, dá um testemunho à comissão do Senado norte-americano – “coincidentalmente” comandada pelo então senador Al Gore –, afirmando que as causas das Mudanças Climáticas eram também antropogênicas⁶, também gerando material para o noticiário. Já em 1990, durante a Conferência Mundial do Clima, em Genebra, foi noticiada a conclamação de 700 cientistas conclamam por ações imediatas dos países no tocante ao enfrentamento dos fatores responsáveis pelo fenômeno.

Como se vê, os alertas produzidos por cientistas sobre a influência das atividades humanas nas alterações climáticas, por um lado, e sobre a gravidade destas, por outro, não são algo recente na história. Ainda que pautada por ciclos de crescimento, esta agenda tem assegurado destaque, há mais tempo, na mídia de outros países – e só recentemente apresenta uma escalada no jornalismo brasileiro.

4 Exemplos destes estudos podem ser encontrados em:

UNGAR, Sheldon. The rise and (relative) decline of global warming as a social problem. **The Sociological Quarterly**, v. 33, n. 4, p. 483-501, 1992.

BELL, Allan. Media (mis)communication on the science of climate change. **Public Understanding of Science**, v. 3, p. 259-275, 1994.

_____. Climate of opinion: public and media discourse on the global environment. **Discourse Society**, v. 5, n. 1, p. 33-64, 1994.

5 WEINGART, Peter; ENGELS, Anita; PANSEGRAU, Petra. Risks of communication: discourses on climate change in science, politics, and the mass media. **Public Understanding of Science**, v. 9, p. 261-283, 2000.

6 BOYKOFF, Maxwell T., e BOYKOFF, Jules M. Balance as bias: global warming and the US prestige press. **Global Environmental Change**, v. 14, p. 125-136, 2004.

Os dados que dispomos são específicos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2008; não obstante, em palestra realizada durante o evento Mudanças Climáticas: o Cenário Brasileiro, a COP-13 e a Cobertura da Imprensa – um Workshop para Jornalistas, o editor de ciência do jornal Folha de S. Paulo, Cláudio Ângelo, apresentou dados que comprovam um forte crescimento (de 50 em 1995 para 350 em 2007) no número de textos publicados por este diário, que traziam a expressão “efeito estufa”.

Estudos apontam, por exemplo, o ano de 1988 como o início da fase de maior atenção, entre meios de comunicação norte-americanos, aos diversos aspectos associados às Mudanças Climáticas⁷. Naquele momento, além do já mencionado depoimento de James Hansen para o Senado dos Estados Unidos, outros fatos também convergiram para ampliar a atenção dedicada pela mídia ao tema. Um deles foi o discurso da então primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, pronunciado na Royal Society, em Londres, reconhecendo a relevância do debate acerca das alterações do clima. O verão de 1988 foi um dos mais quentes – até então – nos Estados Unidos e gerou enormes problemas tanto para o meio ambiente quanto para a agricultura daquele país. Tais circunstâncias levaram o vice-presidente dos EUA, George Bush (pai), na época candidato presidencial, a declarar, na contra-mão de toda a política do governo Reagan, que o *greenhouse effect* (efeito estufa, em inglês) seria combatido com um *white house effect* (efeito casa branca).

Ponto de inflexão

Ainda que tardio, nos últimos anos é possível identificar um claro despertar da cobertura sobre o tema no Brasil – como indicam os dados da pesquisa realizada pela ANDI e Embaixada Britânica. Este crescimento encontra eco em um período de **efervescência internacional** que, como veremos em detalhe nas próximas páginas, se aprofunda a partir de 2006.

Um exemplo é o acompanhamento do Environmental Change Institute, da Universidade de Oxford, que monitora a cobertura noticiosa de 50 jornais distribuídos por 20 países de seis continentes. Os dados mostram um grande crescimento do número de notícias a partir de 2006. <http://www.eci.ox.ac.uk/research/climate/media-coverage.php>

Para a imprensa brasileira, assim como para a de **outros países**, pesaram as já mencionadas “evidências avassaladoras” (levantadas de forma incisiva pelo IPCC) e as reflexões de um economista do *establishment*, Nicholas Stern (que transformaram um problema até então visto como exclusivamente ambiental em um *imbróglio* econômico).

Da mesma forma, os altos preços do petróleo e a agenda das chamadas energias limpas também foram de grande valia. Por fim, conforme argumenta um dos principais cientistas brasileiros na área de Mudanças Climáticas, José Goldemberg⁸, físico da Universidade de São Paulo, esta percepção de que vivemos um problema global que demanda soluções globais também colaborou para sedimentar a idéia de que não se trata de uma questão ambiental, localizada nesta ou naquela região do planeta.

Contudo, a pauta científica por si só não explica a expansão da cobertura. Na mesma época, o documentário *Uma verdade inconveniente*, de Al Gore, colaborou ofertando poderosas imagens – da mesma forma que no verão de 1988 – que contribuíram para deslocar a idéia abstrata das Mudanças Climáticas para fatos bastante concretos (desde o derretimento de geleiras até o furacão Katrina, passando pelas histórias vividas por personagens que foram afetados pelos impactos do fenômeno).

O Protocolo de Quioto entrou em vigor apenas oito anos após ser aberto para assinaturas em 11 de dezembro de 1997. A demora se justifica pelo impasse político gerado pela ausência dos Estados Unidos no acordo, o que gerou expectativa sobre a entrada da Rússia, responsável por mais de 17% das emissões poluentes – o tratado deveria reunir obrigatoriamente, no mínimo, países responsáveis por pelo menos 55% das emissões no planeta. Assim, o protocolo começou a valer dia 16 de fevereiro de 2005, depois que o governo russo decidiu ratificá-lo em novembro 2004.

Na década de 1990, outra série de acontecimentos marcou uma maior atenção da imprensa para o assunto. Entre eles, pode-se destacar a instituição da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que ocorreu na ECO/92, no Rio de Janeiro; a criação do Protocolo de Quioto e seu complicado **processo de ratificação** e a implementação do inovador mercado de carbono.

Em síntese, as evidências científicas, as fortes imagens, a conexão da questão com a agenda do desenvolvimento econômico, o inevitável

7 BOYKOFF, Maxwell T., e BOYKOFF, Jules M. Balance as bias: global warming and the US prestige press. *Global Environmental Change*, v. 14, p. 125-136, 2004.

8 GOLDEMBERG, José. Mudanças climáticas e desenvolvimento. *Estudos Avançados*, 14 (39), 2000, pp. 77-83

Originalmente desenvolvida por dois pesquisadores noruegueses, Johan Galtung e Mari Ruge (1965), a teoria dos valores-notícia busca explicar por que alguns temas se transformam em notícia e outros não. Posto de outra forma, isso significa analisar quais são os valores contidos em determinado acontecimento que podem levá-lo a “galgar o degrau” que o torne “digno” de ser considerado como uma notícia pelas empresas jornalísticas.

compartilhar de responsabilidades entre países acabaram por delinear o **valor-notícia** desse debate.

Adicionalmente, essas e outras razões também colaboraram para o envolvimento mais decisivo – para além, obviamente, de cientistas e organizações ambientalistas – de outros atores importantes: o **setor privado** e os governos de países que antes estavam ausentes do debate, obrigados a se pronunciar sobre a questão, ainda que para negar sua gravidade. Por certo, a entrada mais contundente desses setores na discussão reforça a presença do tema entre as preocupações da imprensa.

A cobertura no Brasil

Um olhar sistemático sobre o noticiário produzido no período analisado – julho de 2005 a dezembro de 2008 – permite dizer que o tema das mudanças climáticas, sem sombra de dúvidas, se firma como assunto-chave para o jornalismo brasileiro. Especialmente do segundo semestre de 2006 até junho de 2007, a quantidade de notícias sobre o tema do aquecimento global e as alterações climáticas contou com grande crescimento. A partir do segundo semestre daquele ano, a cobertura passa a ficar mais reduzida, com tendências a estabilização nos patamares encontrados para 2008 – como veremos em detalhes nas seções seguintes.

É importante notar, contudo, que a consolidação do tema nas páginas dos jornais diários do país não se dá apenas no plano quantitativo. Os dados apresentados no estudo conduzido pela ANDI e Embaixada Britânica no Brasil mostram avanços significativos observados na qualidade da abordagem editorial do tema.

Dentre eles destaca-se a crescente valorização das pautas que relacionam as alterações de temperatura a aspectos específicos do contexto nacional. Essa tendência, ainda que recente, pode ser facilmente percebida na referência cada vez maior a localidades dentro do país, às iniciativas assumidas no âmbito do governo brasileiro e ao debate em torno da adoção de metas internas de redução de emissões.

Outras variáveis tiveram incidência sobre a nacionalização da pauta, como a ocorrência cada vez mais frequente de desastres naturais e, principalmente, a publicação de evidências científicas para as variações de temperatura e suas consequências dentro do país, conforme veremos no Capítulo 1 deste documento (*leia box na página 33*). Apesar dos avanços alcançados no espaço concedido às políticas públicas na imprensa nacional, é preciso reconhecer que as iniciativas do governo brasileiro nesse sentido são ainda incipientes e muito recentes. O Plano Nacional de Mudanças Climáticas, por exemplo, só foi lançado em dezembro de 2008. Sendo assim, a crescente associação entre o fenômeno e o cenário interno não pode ser, exclusivamente, associado ao debate político.

Os especialistas no tema têm insistido na importância das políticas públicas locais como alternativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e na busca por soluções de adaptação aos impactos decorrentes das alterações do clima – sendo a cobrança por parte da imprensa fundamental nesse sentido. Em artigo publicado no site Planeta Sustentável em 02 de julho de 2008, a coordenadora Adjunta e Pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), Raquel Biderman, ressalta que as ações mais visíveis são sempre mais convincentes.

A ação em nível local tem a força do convencimento, da persuasão. Nada como presenciar medidas no nosso território para nos convenceremos de que o problema é real e deve ser enfrentado. Enquanto as discussões ficam nos corredores da ONU, dificilmente o cidadão comum poderá compreender que é problema de sua alçada.

Em 30 de novembro de 2007, 150 das mais importantes empresas do planeta divulgaram carta, por meio de anúncio pago no jornal Financial Times, reforçando, a propósito da Conferência das Partes em Bali, que: “Se as Mudanças Climáticas não diminuírem, os custos econômicos e geopolíticos podem ser muito severos e ter efeitos globais. Todos os países e economias serão afetados, mas serão os países mais pobres que vão sofrer mais e mais cedo. Os custos de ações para reduzir as emissões de gás carbônico para evitar os piores efeitos das Mudanças Climáticas são administráveis, especialmente se guiados por uma visão internacional comum”.

As políticas públicas em foco

Conforme mencionado anteriormente, a crescente menção a políticas públicas – ações tomadas no âmbito do Poder Executivo – é um dos avanços encontrados neste estudo. Outro aspecto positivo, é a constante referência a marcos legais, especialmente ao Protocolo de Quito e às negociações sobre o acordo que deve substituí-lo em 2012. Como veremos a seguir (*ver página 15*), o jornalismo se apresenta como ferramenta importante no fortalecimento dos processos de desenvolvimento sustentável das nações na medida em que, dentre outros aspectos, acompanha criticamente as ações do Estado – seja no Executivo, Legislativo ou Judiciário. É fundamental, portanto, avaliar o noticiário não apenas pela frequência com que determinado assunto mantém-se na agenda, mas atentar também para o grau de consistência das reportagens, entrevistas, artigos, colunas e editoriais e para sua capacidade de fiscalização e cobrança.

14

Seguir os passos das políticas públicas, por outro lado, envolve não apenas a descoberta de eventuais desvios éticos ou o combate à corrupção. O jornalismo enquanto instrumento de debate de ações inovadoras e de busca de soluções é outro elemento qualitativo que deve ser valorizado, e que, de fato, apresentou avanços no período analisado. Os dados dos últimos meses pesquisados revelam, por exemplo, uma maior preocupação do noticiário em mencionar medidas de enfrentamento das mudanças climáticas (seja ações de mitigação ou de adaptação) e de veicular metas específicas para a área, como a definição de limites para as emissões e o combate ao desmatamento.

Outro ponto que merece debate é o fato de que o principal parâmetro de abordagem das mudanças climáticas na imprensa brasileira ainda continua sendo o ambiental. É bem verdade que os enfoques econômico e político vêm ganhando espaço, mas ainda estamos distantes de uma cobertura transversalizada, que consiga aportar contribuições consistentes a um cenário que demanda urgentemente, das mais diversas vertentes do conhecimento humano, colocar foco no fenômeno.

Apesar do otimismo diante de parte dos dados que serão apresentados nas seções seguintes deste documento, não podemos deixar de ressaltar as limitações que persistem na cobertura e que, portanto, ainda precisam ser superadas. Uma delas diz respeito à presença ainda reduzida das questões associadas às Mudanças Climáticas nas páginas da maioria dos diários de alcance local. A cobertura sobre o fenômeno segue, ao longo de mais de três anos de monitoramento, bem mais presente nos veículos de circulação nacional. É necessário ressaltar, contudo, o mérito dos veículos locais dedicarem atenção a aspectos do fenômeno mais diretamente vinculados à agenda brasileira e a seus desdobramentos nos estados e municípios. De toda forma, é de esperar-se que venham a aprimorar, cada vez mais, a quantidade e a qualidade das notícias sobre esse universo temático.

A diversificação dos enfoques também está relacionada – como veremos a partir dos dados resultantes de nosso processo de monitoramento – com a configuração das fontes de informação ouvidas pelos periódicos. Durante os 42 meses pesquisados, a preferência da mídia esteve sempre focada nos especialistas (cientistas e outros analistas) e nas fontes governamentais. Uma maior pluralidade na escolha das fontes poderia favorecer uma abordagem mais rica do tema, capaz de ampliar a diversidade de idéias e mobilizar a atenção de outros setores da sociedade.

As páginas que se seguem são, portanto, um esforço de mapeamento desse cenário. Hoje, não resta dúvida de que as Mudanças Climáticas estão na pauta da mídia brasileira. Os dados que serão disponibilizados no presente documento buscam, portanto, esmiuçar a forma como esse debate vem sendo reportado.

AS PREMISSAS DA PESQUISA

Conforme vimos, o jornalismo deve ser considerado um ator central nos esforços globais para o enfrentamento dos desafios postos pela agenda das mudanças climáticas. É com base nessa abordagem que ANDI e a Embaixada Britânica no Brasil levaram à frente uma série de ações objetivando contribuir para o aprimoramento da cobertura que a mídia brasileira dedica ao fenômeno. Podemos resumir as premissas desse trabalho nos seguintes eixos:

- O tema Mudanças Climáticas se configura como uma questão de mais alta relevância para as sociedades contemporâneas.
- Exatamente por isso, deve ser agendado de forma prioritária entre a população em geral e, sobretudo, entre os chamados tomadores de decisão e formadores de opinião.
- Dada sua relevância, a questão torna premente a produção e disseminação de “informação contextualizada”, em bases regulares.
- Porque nascem e nascerão políticas públicas (específicas e transversais) derivadas do desafio imposto pelas mudanças climáticas, a imprensa deve estar disposta e capacitada para uma adequada cobertura dos debates e dos processos decisórios que levarão à formulação de tais políticas – e também para acompanhar criticamente suas etapas de implementação e avaliação.
- Em eventuais cenários de conflito e escassez (nos níveis local, regional ou global), podem estar ameaçadas as garantias de acesso à informação e de liberdade de imprensa no que se refere às alterações climáticas. O jornalismo de qualidade – plural, independente, crítico e responsável – é peça fundamental para a boa governança e para a transparência nas sociedades democráticas, especialmente em momentos de extrema polarização de interesses, conhecimentos e práticas.
- O jornalismo exerce funções fundamentais nas democracias contemporâneas:
 - Agendar os temas prioritários na esfera pública de discussões;
 - Prover informação contextualizada sobre esses mesmos temas;
- Atuar como fiscal (“cão de guarda” ou *watchdog*, para usar expressão anglo-saxônica) dos formuladores e executores de políticas públicas, colaborando para elevar o nível público de transparência (*accountability*) dos mesmos.

O fio condutor da análise

No presente estudo, são exatamente essas três importantes funções da mídia noticiosa nas sociedades democráticas – agendamento, informação contextualizada e fiscalização das políticas públicas – que constituem os fios condutores da relação mídia e mudanças climáticas, orientando as reflexões que serão traçadas ao longo do texto. Na prática, estas perspectivas irão funcionar como aglutinadores dos números analisados a partir do processo de monitoramento, consolidando em três capítulos (divididos de acordo com cada função) os principais resultados da pesquisa.

Antes de apresentarmos os dados de forma detalhada, cabe uma breve reflexão sobre estes três eixos de análise. Mais do que atributos específicos da cobertura sobre as mudanças climáticas, tais funções do jornalismo podem se aplicar aos mais diversos temas, e tem balizado uma importante corrente de pesquisas centradas na relação entre mídia e desenvolvimento. Vamos a elas.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AGENDA

Os investigadores que se ocuparam especificamente da cobertura jornalística sobre Mudanças Climáticas igualmente ressaltam o poder de agendamento da mídia. Para o estudo Balance as bias: global warming and the US prestige press (Equilíbrio como viés: aquecimento global e a imprensa de prestígio dos EUA), dos pesquisadores Maxwell Boykoff e Jules Boykoff, as “pessoas retiraram sua informação sobre questões científicas, basicamente da imprensa”.

No artigo Mass communication and public understanding of environmental problems: the case of global warming (Comunicação de massa e a compreensão do público sobre problemas ambientais: o caso do aquecimento global), publicado em 2000, os pesquisadores da Universidade de Washington Keith Stamm, Fiona Clark e Paula Reynolds Eblacas constatam que os jornais, para moradores da área metropolitana de Washington, eram as principais fontes de informação sobre o aquecimento global.

Por sua vez, Craig Trumbo, da Universidade de Wisconsin, e James Shanahan, professor de comunicação da Universidade de Cornell, no artigo Social research on climate change: where we have been, where we are, and where we might go (Pesquisa social em Mudanças Climáticas: onde estávamos, onde estamos, e onde poderemos ir), publicado em 2000, lembram que o público confere mais ou menos importância ao tema do aquecimento global de acordo com a cobertura oferecida pela imprensa.

AGENDANDO O DEBATE

Um dos papéis mais relevantes dos meios noticiosos – e também dos mais estudados – diz respeito à sua capacidade de incidir sobre a construção da agenda pública de discussões. Frequentemente, as questões abordadas no noticiário constituem focos prioritários do interesse dos decisores públicos – e dos atores sociais e políticos de maneira geral –, influenciando sobremaneira a definição de suas linhas de atuação. Por outro lado, os assuntos “esquecidos” pelos jornalistas dificilmente conseguem receber atenção da sociedade e, conseqüentemente, dos governos.

Assim, ao focar aspectos específicos de uma temática e destacá-los no noticiário, os comunicadores ajudam a construir a forma como o público passa a interpretá-la. Como resultado, o jornalismo tem um significativo impacto nos processos políticos de deliberação e decisão, ajudando a definir quais questões são reconhecidas como problemas sociais, quem são os responsáveis por eles e o que deveria ser feito para solucioná-los.

A origem das pesquisas sobre agendamento

A discussão acerca da influência dos meios de comunicação na pauta pública está ancorada na chamada Hipótese do Agendamento (ou na expressão em inglês, *agenda-setting*). A origem mais conhecida desta abordagem está no seminal artigo “The agenda-setting function of mass media” (A função de agendamento da comunicação de massa), publicado em 1971 na revista *Public Opinion Quarterly*. No texto, os pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw apresentaram sua hipótese, que viria a ser amplamente discutida entre os estudiosos de mídia: “Os meios de comunicação de massa pautam a agenda de cada campanha eleitoral, influenciando a contundência das atitudes em relação a questões políticas”. A teoria desenvolvida por estes autores está baseada no celebre aforismo de Bernard Cohen, segundo o qual:

A imprensa pode até não ser exitosa a maior parte do tempo em dizer às pessoas o que pensar, mas ela é impressionantemente bem-sucedida em dizer a seus leitores sobre o que pensar.

Cohen resume bem a idéia básica acerca da capacidade da imprensa de colaborar fortemente na construção ou seleção, a partir daquilo que ela veicula e/ou omite, dos temas que estarão no topo da lista de prioridades da população em geral e, mais especificamente, dos tomadores de decisão.

Essa abordagem propõe-se a analisar, portanto, como a mídia contribui para moldar o processo político por meio do agendamento das questões que passam a ser consideradas relevantes pelo público em suas decisões políticas e eleitorais. Entretanto, o objeto de estudo da *agenda setting*, com o passar do tempo, se expandiu para além da relação imprensa e política. Os conceitos que vieram a embasar esse tipo de pesquisa também contribuíram para análises sobre a influência da imprensa no debate dos temas da agenda social e ambiental.

Fundamenta essa abordagem a constatação de que, com a rápida expansão das possíveis áreas de interferência do Estado – em muito relacionada com o reconhecimento de diferentes ordens de direitos aos cidadãos e às gerações futuras –, foi se tornando cada vez mais urgente para a sociedade a necessidade de priorizar apenas algumas das inúmeras demandas que são cotidianamente colocadas na esfera pública. Estamos, portanto, assumindo que a mídia noticiosa tem um poder central nas democracias contemporâneas: definir a própria agenda pública de discussões.

Assim, se uma eleição de prioridades será necessária e se um critério ou mais de escolha deverá ser utilizado, a focalização mais intensa da imprensa em um determinado assunto colaborará para sua inclusão privilegiada na pauta da sociedade.

Dessa forma, uma expressiva quantidade de notícias sobre Mudanças Climáticas, de acordo com a teoria do agendamento, terá como resultado uma maior preocupação dos eleitores e, logo, dos decisores, em relação à questão.

INFORMAÇÃO CONTEXTUALIZADA

Para além da definição da agenda, os profissionais do jornalismo têm uma enorme responsabilidade social: levar para todos os cidadãos e cidadãs informações de qualidade sobre as ações governamentais e muitas outras questões de interesse coletivo. Várias vezes, é somente por meio da imprensa que a população toma conhecimento de serviços de relevância pública ou de direitos fundamentais.

Uma prática jornalística dedicada à contextualização das notícias fortalece a cidadania, pois contribui para que a população possa conhecer e reivindicar seus direitos – o que significa revigorar e ampliar o capital social.

Um jornalismo de qualidade, portanto, não pode ter por função apenas introduzir os temas na agenda. É preciso que a informação transmitida seja adequadamente contextualizada. Grifamos “adequadamente” para realçar que não há aqui nenhuma motivação ideológica –, o advérbio apenas indica que cabe à imprensa prover ao público o maior volume de elementos possíveis para que o tema seja amplamente compreendido, inclusive no que se refere à manifestação de posturas antagônicas. Em outras palavras, é preciso analisar a atenção dada aos atributos da agenda; ou seja, “como” a questão está posta pela mídia noticiosa.

Além disso, também faz sentido ressaltar que a imprensa fortalece a democracia corrigindo, mesmo que apenas parcialmente, as assimetrias de informação existentes entre os detentores do poder e os eleitores que representam. Ao prover informações atualizadas e confiáveis, o noticiário ajuda a orientar muitos dos posicionamentos assumidos pelo público.

Como argumenta o professor Joseph Stiglitz, laureado com o Prêmio Nobel de Economia, o papel desempenhado pelos meios de comunicação na esfera política é semelhante ao que cabe aos bancos centrais na vida econômica: ao prover informações atualizadas e confiáveis, a mídia contribui para cidadãos e cidadãs moldarem suas visões e tomarem melhores decisões.

Enquadramento como perspectiva de análise

Outra forma de analisar não apenas o que está na agenda, mas “como” um determinado tema se apresenta reside no conceito de “enquadramento”. Um mesmo assunto pode ser “enquadrado” (abordado) pelas redações de diferenciadas maneiras. Por exemplo, é possível ler a questão das Mudanças Climáticas pelo viés ambiental, mas também por uma ótica econômica ou política e, até mesmo, de saúde pública.

Em seu “Filling in the tapestry: the second level of agenda-setting” (Preenchendo as lacunas: o segundo nível de agendamento), capítulo do livro *Communication and democracy: exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory* (Comunicação e democracia: explorando as fronteiras intelectuais na teoria do agendamento), a professora Salma Ghanem leva adiante a hipótese original sobre o papel de agendamento desempenhado pela mídia, propondo que a cobertura jornalística afeta tanto “sobre o quê” pensa o público quanto “o quê” ele pensa desses assuntos. A noção do “enquadramento da mídia” (framing) refere-se a padrões interpretativos que estariam embutidos nas matérias – a maneira como abordam uma determinada temática, as visões de mundo que transmitem ou as fontes de informação que escutam, por exemplo. Tais padrões resultariam em uma compreensão específica (e direcionada) dos fatos e eventos.

Segundo o pesquisador da Universidade de Southern Illinois Sanghee Kweon, no artigo “A framing analysis: how did three U.S. news magazine frame about mergers or acquisitions?” (Uma análise de enquadramento: como três revistas noticiosas dos EUA enquadram fusões ou aquisições?), publicado no *Journal of Media Management*, em 2000, “um enquadramento conecta idéias dentro de uma notícia de tal modo que sugere uma interpretação particular de um assunto”. Nesse sentido, continua o autor, “uma importante função do enquadramento é definir um problema ou solução. Que aspectos do tema são mais importantes e como eles são apresentados?”.

De acordo com o pesquisador Mauro Porto, no livro *Enquadrando Mídia e Política*, as investigações na área da psicologia foram fundamentais para o desenvolvimento do conceito de “enquadramento”. As conhecidas pesquisas dos psicólogos Daniel Kahneman e Amos Tversky, publicadas no estudo *Choices, Values, and Frames* (Escolhas, Valores e Enquadramentos), em 1984, demonstram como mudanças na formulação de problemas podem causar variações significativas nas preferências das pessoas.

Em uma das investigações, os autores incentivaram os entrevistados a escolherem, em meio a uma hipotética epidemia que atingiria uma população de 600 pessoas, qual a melhor alternativa de ação. Um programa que salvaria 200 pessoas foi escolhido por 72% das pessoas, enquanto apenas 22% escolheram o programa que causaria a morte de 400 – ainda que numericamente, em termos de mortes, as duas alternativas eram idênticas. Assim, dentre outros aspectos, eles conclui-se que a forma pela qual os problemas são enquadrados interfere substancialmente na maneira como as pessoas tomam suas decisões.

A MÍDIA COMO WATCHDOG

Historicamente o jornalismo também se constitui como mecanismo de controle social sobre as iniciativas públicas – ou seja, dos programas, dos projetos e das ações que tenham como foco setores considerados de interesse da sociedade.

Essa prática dos meios de comunicação é chamada pelos especialistas de “papel fiscalizador”. Usa-se muitas vezes o termo “cão de guarda” (o mesmo que *watchdog*, na tradição dos estudos de mídia realizados nos Estados Unidos e na Inglaterra), para indicar o potencial do noticiário em alertar a sociedade sobre equívocos e também acertos dos governos.

Esta função articula-se com o próprio funcionamento da democracia. Toda ação pública, em regimes democráticos, supõe que as autoridades demonstrem algum grau de *accountability*, isto é, de transparência e de capacidade de resposta e de prestação de contas diante do eleitorado. Esse é um antigo questionamento daqueles preocupados com a influência da mídia na vida política, sendo que, mais recentemente, pesquisadores têm aprofundado uma reflexão

sobre como a imprensa pode exercer um importante papel de controle da ação governamental. Uma influente formulação dessa perspectiva descreve o controle social exercido pela mídia como parte do conceito de “*accountability* pela sociedade”. De acordo com os pesquisadores Catalina Smulovitz e Enrique Peruzzotti, da Universidade Trocuato Di Tella, de Buenos Aires, este seria um:

[...] mecanismo de controle vertical, mas não eleitoral, baseado nas ações de uma série de associações e movimentos de cidadãos e na mídia, ações essas voltadas para expor as práticas governamentais inadequadas, trazendo assim novas questões para a agenda pública, ou ativando a operação de agências de controle governamental horizontais.

No artigo “Societal accountability in Latin América” (Controle social na América Latina), publicado no *Journal of Democracy*, da Johns Hopkins University Press, os autores afirmam que o controle social através da ação dos meios de comunicação complementa o conjunto de mecanismos por meio dos quais os cidadãos controlam seus representantes diretamente – a exemplo das eleições –, bem como se soma ao controle exercido pelas agências governamentais de auditoria e controle.

Como canais de controle social, as mídias informativas tornam-se, portanto, ferramentas que ajudam os cidadãos a exigir respostas por parte de seus representantes, a combater a corrupção e o clientelismo e a vencer outros obstáculos no caminho da democracia e do desenvolvimento humano e sustentável.

A imprensa tem o dever de informar a população sempre que descobrir atividades corruptas, malversação de verbas e políticas públicas ineficazes. Denúncias contra o governo divulgadas na imprensa, de maneira geral, tendem a provocar resultados mais rapidamente.

Esta função de “cão de guarda” também contribui para que desrespeitos aos direitos humanos, em grande escala, não aconteçam com maior frequência. Em seu argumento clássico, o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen afirma que em democracias nas quais a imprensa é livre não se registram episódios massivos de fome, porque as notícias veiculadas gerariam uma crítica tão grande na sociedade que enfraqueceriam demais o governo.

O monitoramento de políticas

A imprensa, entretanto, pode fazer mais que denunciar as atitudes governamentais antiéticas ou corruptas: ela tem condições de analisar/monitorar os resultados de políticas públicas, verificando se cumprem os resultados esperados e prometidos, inclusive fornecendo espaço para que os atores sociais envolvidos expressem suas opiniões.

Isso representa, em termos práticos, o acompanhamento não apenas do lançamento oficial de projetos, mas de sua continuidade, da sua execução em acordo com os padrões legais e éticos estabelecidos e de seus resultados. Esse tipo de atuação é – ou deveria ser –, portanto, tarefa a ser conduzida cotidianamente pelos profissionais da notícia.

Não podemos deixar de reconhecer, por outro lado, que não são apenas os governos que devem ser fiscalizados pela imprensa. As demandas de todos os atores (pessoas e grupos organizados) que podem interferir na esfera pública por meio de suas capacidades de pressão devem ser alvo dos olhos atentos e críticos do jornalismo. No caso das Mudanças Climáticas, por exemplo, é fundamental o acompanhamento também da ação dos organismos internacionais (como o IPCC), das universidades e comunidade científica, das ONGs ambientalistas e das corporações, dentre outros setores.

METODOLOGIA DE PESQUISA

No âmbito de uma parceria firmada com a Embaixada Britânica no Brasil, em 2007, a ANDI deu início a um estudo pioneiro referente ao tratamento editorial oferecido ao fenômeno das Mudanças Climáticas pela imprensa brasileira. A primeira fase da investigação foi elaborada com base na produção jornalística de 50 diários entre julho de 2005 e junho de 2007. Posteriormente, foram realizadas mais duas etapas: uma referente ao primeiro semestre de 2008 e, uma terceira, que supria os intervalos desconsiderados nas avaliações anteriores, se debruçando sobre os últimos seis meses dos anos de 2007 e de 2008.

Ao todo, o monitoramento conduzido pela ANDI se dedicou à análise de uma amostra de 1.755 textos (entre editoriais, colunas, artigos, entrevistas e reportagens) publicados em 50 periódicos, distribuídos por todas as capitais brasileiras e Distrito Federal, no intervalo que se estende de julho de 2005 a dezembro de 2008. A discussão dos resultados alcançados nessa empreitada e o cenário completo que os dados permitem observar constituem o objeto do presente relatório, que faz uma leitura consolidada da abordagem desse fenômeno na mídia nacional.

Do ponto de vista metodológico, vale destacar que as investigações conduzidas nos três diferentes momentos tinham como meta traçar o perfil quantitativo, identificar as principais tendências e refletir sobre as prováveis implicações qualitativas da produção jornalística sobre as Mudanças Climáticas. Para tanto, foi utilizada uma metodologia de pesquisa, muito comum nos estudos de mídia, conhecida como “análise de conteúdo”⁹.

Segundo Anders Hansen¹⁰, esse tipo de leitura agrega um conjunto de técnicas capazes de sistematizar e descrever quantitativamente os conteúdos abordados pela mídia, de identificar e quantificar a ocorrência de características específicas do texto jornalístico e de, com base nelas, fazer inferências a respeito da mensagem e dos significados presentes.

Diferentemente dos modelos de estudo sobre o discurso, a análise de conteúdo não busca identificar subjetividades, intencionalidades e potencialidades possivelmente presentes nos recursos lingüísticos empregados. De acordo com Hansen, esse método:

[...] segue um conjunto claro de passos, o que é uma de suas características mais atrativas, ainda que também vulnerável a abusos. Fundamentalmente, aqueles que optam pela análise de conteúdo para o estudo da mídia devem reconhecer que tal método não é nada mais que um conjunto de diretrizes sobre como analisar e quantificar o conteúdo midiático de forma sistemática e confiável¹¹.

Fluxo Operacional

As três etapas da investigação realizada pela ANDI foram orientadas a partir dos mesmos parâmetros, garantindo assim os critérios de comparabilidade entre elas. As análises foram desenvolvidas de acordo com as seguintes atividades:

9 McCOMAS, Katherine; SHANAHAN, James. Telling stories about global climate change: measuring the impact of narratives on issue cycles. **Communication Research**, v. 26, n.1, p. 30-57, 1999. Pg. 34.

10 HANSEN, Anders. **Mass Communication Research Methods**. New York University Press, NY, 1998.

11 Idem, pg. 123.

- Definição das amostras pesquisadas;
- Definição das listas de palavras-chave utilizadas na seleção das notícias;
- Captura eletrônica das notícias;
- Definição de um instrumento para análise das matérias;
- Treinamento dos profissionais responsáveis pela classificação dos textos;
- Classificação dos textos jornalísticos;
- Checagem aleatória, para avaliação, da produção dos classificadores;
- Inserção no banco de dados;
- Produção dos resultados agregados;
- Análise dos resultados.

É importante ressaltar que a primeira fase, conduzida ainda em 2007, contou com o aporte de um grupo de consultores especialistas em Mudanças Climáticas, que trabalharam em conjunto com a ANDI na definição das palavras-chave a serem utilizadas na captura eletrônica dos textos e na elaboração do instrumento de pesquisa¹².

Tanto as palavras chaves quanto o questionário, definidos para a primeira fase da pesquisa, serviram como base para as demais etapas.

AMOSTRAGEM

Os dados aqui apresentados foram coletados com base em uma amostra das notícias sobre Mudanças Climáticas publicadas durante o período proposto (julho de 2005 a dezembro de 2008). A opção pela pesquisa amostral é resultado da impossibilidade operacional de se avaliar o universo total de matérias (dado o grande volume de textos publicados). Em situações desse tipo, a melhor alternativa é a análise de uma seleção aleatória, porém representativa, de um conjunto de dias ao longo do intervalo de tempo estudado.

Vale assinalar, porém, que embora a metodologia de pesquisa utilizada em todas as fases desta pesquisa tenha sido a mesma, é o sistema de coleta de dados adotado em cada uma das três etapas guarda algumas especificidades, a serem detalhados a seguir.

A singularidades da primeira fase do monitoramento de mídia

A primeira etapa da pesquisa conduzida pela ANDI – com foco na produção editorial de julho de 2005 a junho de 2007 – contou com um escopo de abordagem mais amplo do que as posteriores. Como se tratava de investigação pioneira sobre o tema, fez-se necessário a identificação de alguns parâmetros de comparação para aplicar ao material centralmente estudado.

Nesse sentido, foi selecionado um segundo conjunto de textos, que trazia informações sobre a agenda ambiental mais extensa. A proposta era avaliar como a cobertura sobre meio ambiente evoluiu paralelamente àquela sobre alterações climáticas, e vice-versa.

¹² Os nomes e os perfis dos consultores que colaboram com o trabalho desenvolvido pela ANDI será apresentado no Anexo I deste documento. O Anexo II traz a lista de palavras-chaves utilizadas na seleção dos textos.

Em resumo, foram selecionados dois grupos de notícias, um especificamente sobre Mudanças Climáticas e outro sobre meio ambiente em geral. No primeiro grupo foram inseridas todas as notícias referentes às Mudanças Climáticas publicadas nos diários monitorados, até mesmo aquelas nas quais a menção o fenômeno não ultrapassava uma linha. As notícias desse grupo foram divididas de acordo com sua densidade, com base nos seguintes critérios:

- Mínima – As Mudanças Climáticas foram abordadas em pelo menos uma linha do texto;
- Mínima-média – As Mudanças Climáticas foram abordadas em um parágrafo do texto;
- Média – As Mudanças Climáticas foram abordadas em uma retranca do texto; ou
- Alta – As Mudanças Climáticas foram abordadas em todo o texto.

Foco exclusivo nas Mudanças Climáticas

Uma vez que os parâmetros para comparação da cobertura sobre o desequilíbrio climático já haviam sido traçados na investigação inicial, a análise sobre o conteúdo do primeiro semestre de 2008 previa apenas a avaliação das notícias sobre Mudanças Climáticas, eliminando-se, portanto, aquilo que podemos chamar de grupo de controle (matérias sobre meio ambiente em geral).

Outra diferença na coleta de notícias, neste período, está na densidade das matérias selecionadas. Diante da proposta de uma investigação mais focalizada na cobertura das alterações climáticas, optou-se por restringir o universo pesquisado apenas aos textos cujo tema principal estivesse estreitamente ligado ao fenômeno – ou seja, aqueles cuja densidade seria definida como média ou alta na classificação aplicada ao universo de 2005/2007.

Os dados coletados na terceira etapa do monitoramento – com foco nos segundos semestres de 2007 e de 2008 – seguiram exatamente os mesmos critérios estabelecidos para o conjunto de textos do primeiro semestre de 2008. Ao final do processo, esses resultados relativos à segunda e terceira etapas passaram a constituir uma base única de dados.

Garantindo a comparabilidade

Diante das diferenças observadas na condução das várias fases da pesquisa, é importante esclarecer o leitor que os dados disponibilizados ao longo do presente documento fazem uma comparação direta entre as matérias sobre Mudanças Climáticas classificadas como sendo de média ou alta densidade no período 2005/2007 – primeira fase de monitoramento – e aquelas coletadas na segunda e na terceira investigação. Esse cuidado é fundamental para que os universos a serem comparados guardem as mesmas características e proporções.

Vale ressaltar que as notas com menos de 500 caracteres não foram contabilizadas.

O passo a passo na construção da amostra

Para a construção das amostras, três definições foram fundamentais:

1. O método de clipagem (eletrônico);
2. Os jornais pesquisados (sempre que possível, os dois principais de cada estado, mais os jornais econômicos);
3. O método de seleção aleatória dos dias pesquisados (Mês Composto e Semana Composta).



JORNAIS MONITORADOS

A Gazeta – Acre
O Rio Branco – Acre
Gazeta de Alagoas – Alagoas
Tribuna de Alagoas – Alagoas
A Crítica - Manaus – Amazonas
Diário do Amazonas – Amazonas
Diário do Amapá – Amapá
A Tarde – Bahia
Correio da Bahia – Bahia
Diário do Nordeste – Ceará
O Povo – Ceará
Correio Braziliense – Distrito Federal
Jornal de Brasília - Distrito Federal
A Gazeta - Espírito Santo
Diário de Vitória - Espírito Santo
Diário da Manhã – Goiás
O Popular – Goiás
O Estado do Maranhão – Maranhão
Estado de Minas - Minas Gerais
Hoje em Dia - Minas Gerais
Correio do Estado - Mato Grosso do Sul
A Gazeta - Mato Grosso
Diário de Cuiabá - Mato Grosso
Diário do Pará – Pará
O Liberal – Pará
Correio da Paraíba – Paraíba
O Norte – Paraíba
Diário de Pernambuco - Pernambuco
Jornal do Commercio - Pernambuco
Meio Norte – Piauí
Folha de Londrina – Paraná
Gazeta do Povo – Paraná
Jornal do Brasil - Rio de Janeiro
O Dia - Rio de Janeiro
O Globo - Rio de Janeiro
Diário de Natal - Rio Grande do Norte
Tribuna do Norte - Natal – Rio Grande do Norte
Diário da Amazônia – Rondônia
O Estadão do Norte – Rondônia
Folha de Boa Vista – Roraima
Correio do Povo - Rio Grande do Sul
Zero Hora - Rio Grande do Sul
A Notícia - Santa Catarina
Diário Catarinense - Santa Catarina
Folha de S. Paulo - São Paulo
O Estado de S. Paulo - São Paulo
Valor Econômico - São Paulo
Gazeta Mercantil - São Paulo
Jornal da Tarde - São Paulo
Jornal do Tocantins – Tocantins

1. Sobre a captura eletrônica dos textos

Os textos foram selecionados por meio de um clipping eletrônico, construído a partir da varredura dos *sites* dos jornais monitorados. Essa varredura foi feita com base em um conjunto de palavras-chave que permite a identificação das notícias referentes às Mudanças Climáticas (veja lista de palavras na página 64).

2. Os jornais monitorados

Conforme foi dito anteriormente, os mesmos 50 jornais foram monitorados ao longo de todo o período aqui analisado – julho de 2005 a dezembro de 2008 (veja box ao lado).

3. Mês Composto e Semana Composta

Existem diferentes métodos de amostragem passíveis de serem utilizados em uma pesquisa envolvendo o conteúdo noticioso de veículos de comunicação. Dentre os mais comuns, estão aqueles que fazem a composição de um número pré-definido de dias extraídos de todo o período disponível. Essa seleção pode ser operada de várias formas. Uma delas é por meio do método que Anders Hansen chama de Semana Composta, que consiste na escolha, segundo parâmetros específicos, de sete dias ao longo de cada mês, somando 84 dias ao final de um ano. Uma outra possibilidade é o chamado Mês Composto, por meio do qual são sorteados 31 dias ao longo de um determinado ano.

Os dois métodos de amostragem partem do pressuposto de que a cobertura dos distintos veículos apresenta características gerais semelhantes ao longo dos dias da semana. Ou seja, se observarmos um número infinito de segundas, terças, quartas, quintas, sextas, sábados e domingos, verificaremos que os perfis quantitativos da cobertura dentro de cada um desses dias – levando-se em conta as características gerais – é muito parecido. O fundamental nos dois métodos é que haja um equilíbrio entre os meses e os dias da semana.

Este raciocínio não é válido para as coberturas que só podem ser entendidas em uma seqüência temporal definida. Por exemplo, se o objetivo é estudar o tratamento editorial acerca de uma campanha de vacinação, não cabe utilizarmos uma amostra sorteada aleatoriamente – é necessário que os dias específicos e adjacentes à campanha façam parte do universo analisado. Da mesma forma, se o intuito é verificar como foi a cobertura do lançamento de um determinado Relatório do IPCC, mostra-se fundamental a escolha dos dias que se remetem ao período da divulgação.

Entretanto, se a intenção é analisar a cobertura de saúde como um todo ou a cobertura acerca das Mudanças Climáticas em geral, não há necessidade de se acompanhar um período seqüencial ou determinado de dias, especialmente se houver um grande volume de textos publicados. Uma avaliação seqüencial e não aleatória (por exemplo, de uma semana corrida dentro de determinado mês) poderia

conferir, no âmbito da cobertura geral, um peso desproporcional a determinado tema que só tenha conseguido repercussão ao longo daquela semana.

Como nosso objetivo era auferir as características gerais da abordagem dispensada pela mídia noticiosa ao tema das Mudanças Climáticas, os dois sistemas de amostragem descritos puderam ser utilizados sem nenhum prejuízo. É importante ressaltar apenas que, para períodos mais curtos, em geral inferiores a um ano, o recomendável é a adoção da Semana Composta e não do Mês Composto.

No que se refere ao presente estudo, o primeiro processo de monitoramento foi elaborado a partir de uma amostra de Mês Composto. Já os dois seguintes tiveram seus conjuntos de textos construídos a partir dos parâmetros da Semana Composta.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

É importante ressaltar que os dois métodos são perfeitamente compatíveis, de modo que a opção pela utilização de ambos não causa nenhum prejuízo à proposta de comparação. A única dificuldade proveniente da adoção de dois modelos de amostragem é a impossibilidade de unificação das bases de dados. Diante disso, a análise dos indicadores apresentada neste documento será dividida em dois períodos:

- Período 1: do 2º semestre de 2005 ao 1º semestre de 2007 (identificados em todas as tabelas como 2005/2007) e
- Período 2: do 2º semestre de 2007 ao 2º semestre de 2008 (identificados em todas as tabelas como 2007/2008).

O universo analisado

Observados todos esses procedimentos temos o seguinte quadro quantitativo:

- Entre julho de 2005 e junho de 2007 foram analisados 643 textos com foco central nas Mudanças Climáticas. Por aproximação estatística, esse montante corresponde a 7.716 notícias publicadas ao longo de dois anos pelos 50 diários monitorados.
- Entre julho de 2007 e dezembro de 2008 foram analisados 1.112 textos com foco central nas Mudanças Climáticas. Por aproximação estatística, esse montante corresponde a 4.815 notícias publicadas ao longo de um ano e meio pelo mesmo grupo de jornais. ◆



AGENDAMENTO

ANÁLISE DOS RESULTADOS

25

Ao se avaliar a capacidade dos meios de comunicação de promover o agendamento de um tema, o primeiro parâmetro a ser analisado é a quantidade de matérias veiculadas em um determinado período. Ao identificar o volume de textos publicados sobre uma temática específica, estamos, automaticamente, mensurando um importante aspecto relativo ao valor concedido a ela pelos meios de comunicação.

É bem verdade que esse tipo de investigação quantitativa, por si só, não é suficiente para determinar a profundidade e a pertinência do debate promovido nesses veículos; não obstante, ela nos oferece indicadores confiáveis acerca dos assuntos considerados prioritários pela mídia.

Este capítulo, portanto, busca discutir algumas variáveis que ajudam a compreender em que medida a imprensa brasileira contribui para que as Mudanças Climáticas estejam presentes na agenda de interesse público. Além disso, procuraremos identificar os subtemas considerados prioritários pela mídia, dentre o amplo leque temático relacionado a esse fenômeno.

ASPECTOS QUANTITATIVOS DA COBERTURA

A análise da Tabela 1 nos permite avaliar alguns elementos importantes sobre a cobertura das Mudanças Climáticas na mídia noticiosa brasileira. Conforme pode ser observado, a média de textos publicados por jornal ao longo de todo o período monitorado foi de 0,14 por dia, o que equivale a uma notícia a cada semana.

A título de comparação, vale mencionar alguns resultados encontrados em outras pesquisas conduzidas pela ANDI. Por exemplo, a média de notícias sobre educação básica atingiu em 2007 a marca diária de 2,4 matérias publicadas por

TABELA 1

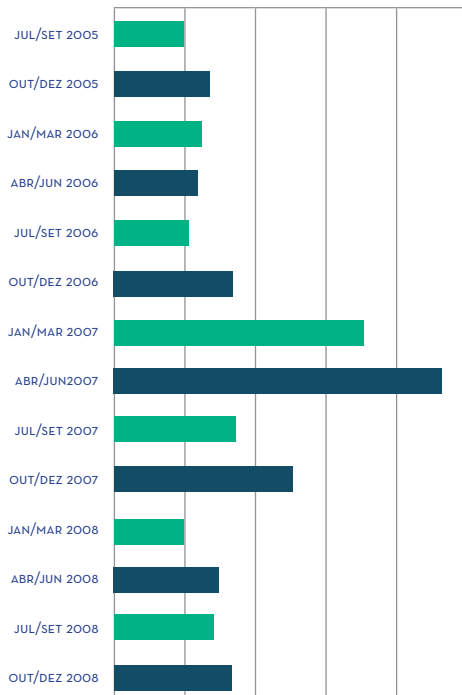
PERFIL GERAL DA AMOSTRA DE NOTÍCIAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (JULHO DE 2005 A DEZEMBRO DE 2008)* (valores calculados sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)				
Aspecto analisado	Amostra Geral	Jornais de abrangência local	Jornais de abrangência nacional	Jornais econômicos
Estimativa média anual de textos publicados por jornal	49	37	178	162
Média de matérias diárias por jornal	0,14	0,11	0,48	0,44
Porcentagem de textos analisados em relação ao total da amostra	100%	60,62%	26,68%	12,71%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

GRÁFICO 1

DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS POR TRIMESTRE (JUL/2005 - DEZ/2008)*

(valores calculados sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas – 2005/2007 e 2007/2008)



*Foram consideradas neste gráfico apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas

veículo. Já a cobertura sobre ciência e tecnologia neste mesmo ano registrou aproximadamente 1 notícia por jornal.

Diante desse dado, é importante nos questionarmos acerca da importância concedida ao tema das Mudanças Climáticas pela imprensa brasileira. Estaria ele entre as lista de prioridades estabelecida pelas redações?

A resposta para esta questão não é simples e envolve a reflexão sobre um conjunto de variáveis. Em primeiro lugar, o despertar da mídia nacional para essa problemática é ainda recente, especialmente se comparada a temáticas já consolidadas na agenda de interesses públicos, como é o caso da educação.

Em segundo lugar, há uma diferença bastante significativa no comportamento de alguns veículos, o que dificulta a construção de um quadro geral sobre a cobertura da imprensa. Tais distinções podem ser facilmente observadas no volume de matérias publicadas pelos jornais de circulação nacional (*Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Correio Brasileiro*, *O Estado de São Paulo*), pelos econômicos (*Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil*) e pelos diários locais.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, os jornais incluídos no primeiro grupo veicularam uma notícia a cada 1,7 dias. A média de publicação entre os econômicos foi de uma notícia a cada dois dias. Por fim, os periódicos de alcance local produziram uma notícia sobre Mudanças Climáticas a cada 8 dias.

Aspectos relevantes derivados dessa concentração serão discutidos mais adiante. Por ora vale mencionar, ainda, que a cobertura do tema sofreu oscilações expressivas ao longo dos dez primeiros trimestres de monitoramento (julho de 2005 a dezembro de 2007). Registraram-se picos em alguns momentos específicos – especialmente no primeiro semestre de 2007 – seguidos de quedas significativas. Só em 2008 o assunto alcançou uma relativa estabilidade na pauta, embora em patamares mais baixos do que os observados no período anterior, conforme veremos no tópico seguinte.

O sobe-e-desce da cobertura

O Gráfico 1 apresenta a distribuição das notícias sobre Mudanças Climáticas durante os 14 trimestres que compõem o período analisado pela ANDI. Os dados apontam para a estabilidade da cobertura entre o 1º e 5º trimestres, com um leve salto no 2º (período imediatamente posterior ao furacão Katrina). Entretanto, a partir do 6º semestre, a cobertura sobre Mudanças Climáticas registra uma escalada expressiva, que se mantém até junho de 2007.

Já no segundo semestre deste ano começa a se delinear uma queda no interesse das redações. Ainda assim, 2007 se destaca como um período extremamente rico na produção de notícias sobre as variações de temperatura, pela imprensa brasileira. Ao longo dos seis primeiros meses do ano foram

O IPCC é uma aliança entre a World Meteorological Organization (Organização Mundial de Meteorologia - WMO) e o United Nations Environment Programme (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Unep), que atua na avaliação dos impactos das Mudanças Climáticas e na sugestão de medidas de enfrentamento a partir de estudos internacionais. Ao longo de 2007, o IPCC divulgou três relatórios sobre as Mudanças Climáticas. O primeiro, publicado em fevereiro, avaliava as condições do sistema climático do planeta; o segundo identificava as principais vulnerabilidades em relação ao fenômeno (abril) e o terceiro analisava as opções para a redução das emissões de gases de efeito estufa (maio). Em novembro foi publicado um relatório síntese.

O evento foi realizado paralelamente à programação da 62ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova York (Estados Unidos) e buscou também antecipar o entendimento sobre o que deve ser implementado pós-Quito. O tema tem gerado discórdia entre os círculos decisórios dos mais diversos países, já que envolve necessariamente a adoção de metas mais rígidas de redução de emissões de gases de efeito estufa e a definição de compromissos a longo-prazo, tanto para nações desenvolvidas quanto para aquelas em desenvolvimento.

As COPs (sigla para Conferência das Partes) são reuniões periódicas dos países membros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que têm como objetivo primordial firmar acordos para a estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera em níveis seguros.

ACOP 13, em Bali, reuniu representantes de mais de 180 países, que apresentaram o Mapa do Caminho para o tratado pós-2012, fortalecendo o processo de negociações para a nova série de objetivos relacionados ao enfrentamento dos fenômenos climáticos – como a proposta de um corte de até 40% das emissões de gases de efeito estufa em 2050, com base nos valores de 1990. Entre outros tópicos, o documento focalizava a questão da transferência de tecnologias limpas, a disponibilização de recursos financeiros (incluindo a criação de um fundo para o auxílio aos países mais vulneráveis) e a definição de mecanismos para a redução dos desmatamentos das florestas.

publicados, em média, um texto jornalístico (editorial, coluna, artigo, entrevista ou reportagem) por periódico a cada 2,2 dias. A média anual foi um pouco menor – uma notícia publicada a cada cinco dias – mas, superior ao número observado em 2006 (uma matéria a cada sete dias).

Esse salto apreciável no número de matérias publicadas pelos diários brasileiros está relacionado à efervescência do tema, em nível global, a partir do segundo trimestre de 2006 e principalmente durante os seis primeiros meses de 2007, quando diversos acontecimentos de forte apelo midiático aqueceram o noticiário sobre as Mudanças Climáticas. Dentre eles, merecem destaque:

- O lançamento do Relatório Stern, em outubro de 2006;
- A estréia do filme *Uma verdade inconveniente*, protagonizado pelo ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, em novembro de 2006;
- O lançamento de três relatórios pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas - **IPCC** ao longo de 2007;
- A **Reunião de Alto Nível da ONU** para avaliar o primeiro período de compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto, realizada em setembro de 2007, em Nova York;
- A reunião da **COP-13** em Bali, realizada em dezembro de 2007, e, finalmente;
- A concessão do prêmio Nobel da Paz a Al Gore e ao IPCC, pelos esforços na disseminação de informação sobre as Mudanças Climáticas no mundo.

Conforme vimos, após o ápice registrado durante 2007, observa-se uma redução no número de notícias em 2008, com tendência de estabilização. A média geral de textos publicados por jornal neste ano foi de um a cada seis dias.

A queda no volume da cobertura sobre o assunto em 2008 não foi uma exclusividade da mídia brasileira. Dados semelhantes foram obtidos por estudos focados nos meios internacionais. Um exemplo é o estudo realizado pelo pesquisador Robert J. Brulle¹, da Universidade da Filadélfia, que também constatou um decréscimo na cobertura deste ano, em relação aos números de 2007, ao investigar os noticiários noturnos das redes de televisão americanas ABC, CBS e NBC. Segundo Brulle, os fenômenos naturais decorrentes das alterações de temperatura no planeta perderam o caráter de “grande notícia” alcançado em 2007.

1 BRULLE, Robert J. **2008's Year-Long Fall-off in Climate Coverage: Tracking the Trends, and the Reasons Behind Them**. Disponível em: <http://www.yaleclimatemediaforum.org/2008/12/2008-year-long-fall-off-nclimate-coverage>, acessado em 18 de maio de 2009.

Como entender a queda na cobertura em 2008

O aparente arrefecimento da discussão nas páginas dos jornais brasileiros merece uma avaliação cuidadosa. Neste sentido, três variáveis devem ser consideradas: o impacto da agenda internacional; o aumento em relação aos 12 primeiros meses monitorados; e a concentração da cobertura nos diários de circulação nacional.

1. O impacto da agenda internacional

O período que se estende de julho de 2006 a junho de 2007 representa um momento muito peculiar no debate sobre as Mudanças Climáticas. Conforme discutido anteriormente, a cobertura sobre o tema foi claramente impulsionada por uma agenda internacional repleta de eventos de forte apelo midiático.

Em 2008, houve uma diminuição dos chamados “ganchos jornalísticos” (documentários, relatórios, entrega de prêmios), o que derivou em uma relativa perda de interesse diante do tema por parte da imprensa de todo o mundo, como demonstram os resultados alcançados por Robert J. Brulle, mencionado há pouco.

2. Aumento da cobertura em relação aos primeiros 12 meses de monitoramento

Apesar da redução em relação ao período que se estende de outubro de 2006 a dezembro de 2007, a quantidade de matérias veiculadas em 2008 (uma a cada seis dias) está acima da média observada nos primeiros 12 meses monitorados (julho de 2005 a junho de 2006), quando foi identificada aproximadamente uma notícia a cada nove dias.



MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A investigação conduzida pela ANDI entre julho de 2005 e junho de 2007 apresentou um caráter comparativo: buscava avaliar o comportamento da imprensa brasileira no tocante a abordagem das Mudanças Climáticas em relação ao espaço já concedido aos textos sobre meio ambiente em geral.

Em síntese, o que se constatou foi uma relação inversa entre as tendências de cobertura sobre os dois temas. Ou seja, à medida que subia o número de matérias com foco específico nas alterações de temperatura, decrescia a atenção dedicada a outras questões que comportam a esfera ambiental. Entre julho e setembro de 2006, por exemplo, o número de notícias sobre meio ambiente publicado nos 50 diários analisados foi de 5.436. Menos de um ano depois (entre abril e julho de 2007) esse número havia caído para 3.492. No tocante aos textos sobre as Mudanças Climáticas, a relação se inverte, com um aumento de 516 para 2.304 nestes mesmos períodos.

Observa-se, desse modo, que o despertar da mídia nacional para o fenômeno abordado neste documento foi seguido por uma queda na nas matérias sobre ambiente urbano, biodiversidade, extrativismo, educação ambiental, fauna e recursos pesqueiros, dentre uma infinidade de temáticas.

Esse resultado nos permite inferir que as Mudanças Climáticas, não conquistaram, de fato, um espaço novo na imprensa, mas ocuparam parte das páginas anteriormente dedicadas às outras questões ambientais. O aumento na cobertura deste fenômeno entre o último semestre de 2006 e o primeiro de 2007 pode ser vista como reflexo do estabelecimento de novas prioridades nas editorias de meio ambiente.

Vale ressaltar que a concentração de parte significativa das notícias sobre o fenômeno em jornais de circulação nacional não foi observada, na mesma medida, na cobertura sobre meio ambiente. Neste caso, os 44 jornais locais foram responsáveis por 80% dos textos publicados. Quando o foco estava na cobertura sobre Mudanças Climáticas, essa relação foi de 60,6% para os locais e 39,4% para os nacionais, incluindo os econômicos.

As mudanças nesta tendência, ou a sua possível consolidação, não foram investigadas nas demais etapas desta pesquisa, apresentando-se, portanto, como uma possibilidade interessante de estudos futuros.

3. Concentração nos jornais de grande circulação

Vale também detalhar um pouco mais as variáveis relacionadas a um importante elemento do processo de agendamento do tema Mudanças Climáticas na mídia brasileira: a diferença de comportamento entre os jornais de caráter mais local e aqueles que circulam em praticamente todo o território nacional. Neste último grupo estão a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Correio Braziliense*, *Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil* (os dois últimos com uma linha editorial de foco econômico).

Durante todo o período em que a ANDI implementou seu processo de monitoramento foi possível observar uma cobertura centralizada nos jornais de grande circulação dentro do país, incluindo os econômicos. Por exemplo: em 2006, período de menor efervescência do tema na mídia brasileira, estes diários já publicavam uma notícia a cada 2,2 dias, enquanto os locais se limitavam a um texto a cada dez dias.

Com o aumento da cobertura em 2007, essa concentração se tornou ainda mais explícita. O impacto da movimentada agenda internacional foi mais expressivo entre os quatro jornais de alcance nacional, que chegam a publicar quase uma notícia por dia, enquanto os locais se mantiveram em um patamar não muito distante do observado anteriormente – uma notícia a cada sete dias.

Apesar da queda geral ocorrida em 2008, os jornais de maior alcance (incluindo os econômicos) continuaram apresentando um nível de cobertura bastante razoável, com média de 0,55 notícias por dia, o que equivale a uma notícia a cada 1,8 dias.

TABELA 2

PERFIL GERAL DA AMOSTRA DE NOTÍCIAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS POR GRUPO DE JORNAL (JULHO DE 2005 A DEZEMBRO DE 2008) *

(valores calculados sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Aspecto analisado		Amostra Geral	Jornais de abrangência nacional	Jornais de abrangência local	Jornais econômicos
Estimativa média de textos publicados por jornal	2005**	23	63	17	60
	2006	50	150	36	168
	2007	62	301	56	215
	2008	54	196	40	203
Média de matérias diárias por jornal	2005**	0,13	0,35	0,09	0,33
	2006	0,14	0,41	0,11	0,46
	2007	0,17	0,82	0,15	0,59
	2008	0,15	0,54	0,11	0,56
Porcentagem de textos analisados em relação ao total da amostra	2005**	100%	22,12%	67,36%	10,52%
	2006	100%	23,80%	62,90%	13,30%
	2007	100%	29,40%	57,00%	13,60%
	2008	100%	31,40%	55,20%	13,40%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

** Valores calculados com base em seis meses de acompanhamento (julho a dezembro).

Os desafios na consolidação da pauta

Tais resultados nos permitem dizer que estamos caminhando rumo a uma cobertura que garante minimamente o agendamento do tema nos jornais de alcance nacional e nos econômicos, mas que ainda é muito incipiente nos periódicos de circulação local. Essa constatação se torna mais evidente quando se observa a proporção que cada um desses grupos de jornais representa em relação ao total de notícias analisados em dois períodos diferentes – de julho de 2005 a junho de 2007 e de julho de 2007 a dezembro de 2008.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS POR TIPO DE JORNAL*

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Tipos de jornais	2005/2007	2007/2008
Jornais de abrangência nacional	24,0%	31,7%
Jornais de abrangência local	63,0%	54,4%
Jornais econômicos	13,0%	13,8%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

Como pode ser observado na Tabela 3, os jornais regionais reduziram sua participação no total de textos publicados sobre o assunto – passando de 63%, no primeiro período, para 54,4%, no segundo. Já os periódicos de alcance nacional (incluindo os econômicos) tornaram-se responsáveis por 45,5% da cobertura, registrando um crescimento de mais de oito pontos percentuais em relação ao primeiro período analisado. Vale lembrar que a nossa amostra é composta por 50 diários, o que ajuda a dimensionar a desproporcionalidade na cobertura oferecida entre os veículos que compõem os três grupos.



A AGENDA CLIMÁTICA INTERNACIONAL EM 2008

Apesar do impacto menos expressivo da agenda internacional na cobertura das Mudanças Climáticas pelos meios brasileiros em 2008, alguns eventos importantes contribuíram, de alguma forma, para movimentar a cobertura nesse período. Dentre eles, podemos destacar:

- Em fevereiro de 2008, foi realizado em Brasília o Fórum Global de Legisladores G8+5. O seminário reuniu parlamentares desses países com o objetivo de avaliar politicamente a proposta de estratégia sobre mudanças climáticas pós-2012.
- Em abril, tivemos o anúncio da campanha We can solve it (Nós podemos resolver isto), realizada pela ONG Alliance for Climate Protection, presidida por Al Gore. Definida por seus idealizadores como apartidária e sem fins lucrativos, a campanha tem por objetivo “construir um movimento que crie vontade política para resolver a crise climática”;
- Em maio, a 9ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (CDB), na Alemanha, reuniu chefes de Estado de todo o mundo para discutir o cumprimento da chamada “Meta de 2010”;
- Em junho, ainda na Alemanha, ocorreu o encontro Climate Change Talks (Conversas sobre Mudanças Climáticas), promovido pelo CQNUMC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. O evento faz parte da agenda anual da CQNUMC e acontece todos os anos na cidade de Bonn.
- Em novembro, governadores de estados em que estão situadas florestas tropicais e ministros dos Estados Unidos, Brasil, Índia, México e Canadá, entre outros, reuniram-se em Los Angeles (Estados Unidos), durante o Governors’ Global Climate Summit (Conferência de Governadores sobre o Clima Global).

O Plano Nacional de Mudanças Climáticas foi lançado em dezembro de 2008 sob críticas por parte de especialistas, que apontavam a falta de diretrizes mais claras para a ação efetiva e o não estabelecimento de metas obrigatórias de redução das emissões de carbono e desmatamento. Após o barulho feito pela sociedade civil a esse respeito, a única meta prevista foi a de redução do desmatamento em 72% até 2017. Às vésperas da COP-15, o governo brasileiro parece estar mudando de postura. Recentemente o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reconheceu que o Brasil deve levar um 'número' referente à redução de gases estufa à Conferência do Clima.

Diante deste cenário, faz sentido investigar o que leva os periódicos de circulação local a apresentarem mais dificuldades para manter o tema em pauta. Uma hipótese é a falta de receptividade e de conhecimento qualificado por parte dos jornalistas. Outra, a reduzida eficácia dos grupos de interesse que poderiam trabalhar pelo agendamento da questão em nível local.

Por fim, cabe fazer uma importante ressalva sobre os dados que estamos tomando como base para nossa análise, uma vez que eles foram obtidos a partir de uma amostra que não contempla a totalidade das notícias sobre Mudanças Climáticas publicadas ao longo do período monitorado. Os resultados apresentados aqui se referem somente ao conjunto de textos nos quais o tema principal estava diretamente associado ao fenômeno. Além disso, as notas com menos de 500 caracteres não foram contabilizadas (para mais detalhes, ver o capítulo sobre a Metodologia de Pesquisa).

Valorizando a cobertura sobre o Brasil

A avaliação do comportamento da mídia brasileira em relação às agendas interna e externa oferece alguns dados muito interessantes. Embora a curva da cobertura permaneça diretamente associada ao contexto mundial – quanto menor a quantidade de ganchos jornalísticos internacionais, menor o volume de textos –, há avanços recentes importantes, relacionados a uma crescente valorização da esfera interna, especialmente a partir de 2008. Essa tendência pode ser analisada à luz da grande movimentação no cenário político e científico no Brasil durante o ano, e também da ocorrência de graves desastres climáticos.

Além de uma série de pesquisas e relatórios científicos produzidos no país ao longo daquele ano, não podemos esquecer da aprovação do **Plano Nacional de Mudanças Climáticas**, da defesa da produção do etanol pelo governo brasileiro e da grande repercussão midiática das chuvas que ocorreram no estado de Santa Catarina, no final de 2008, que resultaram em mortes e deixaram mais de 70 mil pessoas desalojadas ou desabrigadas.

TABELA 4

LOCALIDADE MENCIONADA*		
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas que se concentram em uma localidade específica – 82,6% em 2005/2007 e 48,9% em 2007/2008)		
Localidade	2005/2007	2007/2008
No Brasil	42,7%	72,43%
Fora do Brasil	26,7%	17,65%
Ambos	28,6%	9,01%
Não foi possível identificar	1,9%	0,92%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

Na leitura da Tabela 4, que indica o percentual de matérias de acordo com o tipo de localidade mencionada, percebe-se um salto no número de textos com referências ao Brasil, os quais passaram de 42,7% do total de notícias que especificam uma localidade (primeiro período analisado), para 72,43% (segundo período). Esse é um dado bastante positivo, uma vez que demonstra maior preocupação por parte da imprensa em oferecer uma abordagem relacionada não só aos impactos potenciais ou já sofridos pelo país com as Mudanças Climáticas, mas também às políticas que devem ser adotadas para o enfrentamento do fenômeno.

Uma análise mais detalhada sobre a contribuição dos diferentes jornais na cobertura do cenário interno nos indica que os veículos com maior capacidade de influência sobre o debate político nacional (mais especialmente aqueles quatro diários cuja circulação atinge todo o país) apresentam uma agenda mais internacionalizada que os demais.

Historicamente, os veículos de circulação local tendem a trazer para a realidade local questões que em outros diários assumem características mais abrangentes. Os jornais de grande circulação, por sua vez, procuram abordar suas pautas a partir de uma perspectiva de contextualização mais ampla, que se adequa a diversidade de seu público. Sendo assim, os dados apresentados na Tabela 5 nos levam a concluir que a distribuição de notícias entre jornais locais e nacionais, segundo as localidades mencionadas, segue uma lógica de comportamento bastante razoável e previsível.

Uma leitura mais cuidadosa dessa tabela nos permite observar, no entanto, que a partir de 2007 a cobertura do cenário interno passou a ser majoritária nos três grupos. Chegando a expressivos 82,3% entre os econômicos, onde foi observado o aumento mais significativo (50 pontos percentuais em relação ao primeiro período), 79,8% entre os regionais e 55,3% entre os de abrangência nacional. Esse resultado não indica uma inversão na lógica de comportamento descrita no parágrafo acima, mas chama a atenção para a crescente importância atribuída a realidade brasileira entre os três grupos de jornais.

TABELA 5

LOCALIDADE MENCIONADA POR TIPO DE JORNAL*

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas que se concentram em uma localidade específica – 82,6% em 2005/2007 e 48,9% em 2007/2008)

Tipos de jornais	Localidade							
	No Brasil		Fora do Brasil		Ambos		Não foi possível identificar	
	2005/2007	2007/2008	2005/2007	2007/2008	2005/2007	2007/2008	2005/2007	2007/2008
Jornais de abrangência nacional	36,8%	55,3%	31,6%	31,2%	29,5%	12,9%	2,1%	0,6%
Jornais de abrangência local	53,5%	79,8%	22,5%	11,5%	22,9%	7,4%	1,2%	1,3%
Jornais econômicos	32,7%	82,3%	30,8%	11,3%	36,5%	6,5%	0,0%	0,0%
Total	46,8%	72,4%	25,8%	17,6%	26,3%	9,0%	1,3%	0,9%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

TABELA 6

MATÉRIAS QUE SE CONCENTRAM EM UMA LOCALIDADE ESPECÍFICA*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Localidade específica	2005/ 2007	2007/ 2008
Sim	82,6%	48,9%
Não	17,4%	51,1%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

Contudo, se por um lado houve o incremento no número de matérias que explicitam em sua abordagem problemas relacionados ao Brasil, por outro, aconteceu substancial redução no total de textos em que há a especificação de alguma localidade, seja ela dentro do país ou no exterior. Enquanto entre julho de 2005 e junho de 2007 essa preocupação estava evidenciada em 82,6% do conteúdo analisado, entre julho de 2007 e dezembro de 2008 ela passou a constar em apenas 48,9% dos textos. Isso significa que parte considerável dos jornalistas tem optado pela generalização do problema, sem identificá-lo geograficamente.



O CENÁRIO BRASILEIRO

Internamente, o ano de 2008 foi marcado pela divulgação de diversos estudos que demonstraram, por diferentes olhares, os impactos das alterações no clima sobre o país. Entre eles, destacaram-se:

- *A pesquisa Custos e Benefícios da Redução das Emissões de Carbono do Desmatamento e da Degradação (REDD) na Amazônia Brasileira, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Ambiental Amazônica – IPAM;*
- *O Relatório de Clima, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE;*
- *O estudo Mudança Climática e Segurança Energética no Brasil, conduzido pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – Coppe/UFRJ;*
- *A pesquisa Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária com a Universidade Estadual de Campinas; e*
- *O estudo Mudanças Climáticas, Migrações e Saúde: Cenários para o Nordeste Brasileiro, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz.*

Essas análises oferecem uma leitura sobre os riscos das Mudanças Climáticas para o Brasil, assim como apontam para providências a serem tomadas a fim de que futuros problemas sejam minimizados. Chamam a atenção, principalmente, para regiões de risco no país, como o Nordeste e a Amazônia, assim como para a necessidade de providências relacionadas ao agronegócio, um dos principais setores do PIB brasileiro e que tem contribuído consideravelmente para o desmatamento de áreas de floresta e para a consequente emissão de CO₂ por meio das queimadas.

Já o cenário político foi marcado pela aprovação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, no mês de dezembro. O Plano estabelece metas numéricas e mensuráveis de redução do desmatamento – a principal causa das emissões de gases de efeito estufa no país. Entre os objetivos está a redução em 72% do desmatamento na Amazônia até 2015. (Leia mais sobre o processo de construção do Plano na página 31).

Antes, em junho, foi enviada ao Congresso Nacional proposta de projeto de lei que institui a Política Nacional de Combate às Mudanças Climáticas, que ainda está em tramitação.

CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA

Ainda que com nuances importantes entre os diferentes jornais pesquisados, fica evidente, a partir dos resultados quantitativos aqui apresentados, que a mídia impressa brasileira tem agendado os temas vinculados ao extenso guarda-chuva das Mudanças Climáticas.

À medida que avançamos na análise dos dados, faz-se cada vez mais necessário, no entanto, um olhar acerca de como esse agendamento se dá. Um primeiro elemento relevante consiste em identificar – a partir dos inúmeros subtemas que podem compor a ampla cobertura sobre as alterações climáticas – quais acabaram por ser prioritariamente agendados pela mídia.

A análise da Tabela 7 nos aponta um resultado interessante: a alteração na ordem de prioridades estabelecidas pela imprensa ao longo dos anos monitorados. De julho de 2005 a junho de 2007, se observa o predomínio das matérias sobre o efeito estufa, que representam 26,1% do total. Em segundo lugar aparecem as discussões sobre fontes de energia (13,5%) e, em terceiro, as consequências e impactos gerados pelas alterações no clima (12,1%).

A partir do segundo semestre de 2007 esse cenário se altera, passando a observar uma clara concentração na discussão sobre as medidas de enfrentamento

TABELA 7

TEMA DA NOTÍCIA*		
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)		
Temas	2005/2007	2007/2008
Medidas de enfrentamento	7,3%	26,8%
Consequências e impactos da mudança climática	12,1%	9,8%
Mudança climática em geral	3,6%	8,5%
Ação coletiva internacional	2,8%	8,3%
Energia combustível	13,5%	8,0%
Aquecimento global em geral	4,6%	7,0%
Efeito estufa	26,1%	6,5%
Pesquisas científicas e questões tecnológicas	3,4%	4,8%
Causas da mudança ou do aquecimento	5,2%	4,6%
Agricultura	2,0%	2,8%
Legislação	3,9%	2,3%
Desenvolvimento	1,4%	2,2%
Eventos climáticos extremos	3,1%	1,8%
Indústria	1,4%	1,6%
Vulnerabilidades	0,5%	1,3%
Camada de ozônio	1,1%	0,5%
Desertificação	1,9%	0,1%
Outros	5,5%	3,1%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas

O pressuposto assumido por Downs define cinco estágios:

- O problema existe, mas ainda não chama a atenção da imprensa;
- A descoberta do problema, com foco nos males e nas consequências associadas a ele;
- As percepções sobre as soluções e os custos associados a elas;
- A perda de interesse pelo tema;
- O estágio pós-problema, quando o tema sai da agenda imprensa.

Para mais detalhes, ver DOWNS, Anthony. **Up and down with Ecology: the issue-attention cycle**. Disponível em: <http://www.anthonydowns.com/upanddown.htm>, acessado em 18 de maio de 2009

do problema, que subiram de 7,3%, no primeiro período, para 26,8% da cobertura, no segundo. O efeito estufa, por sua vez, sofreu uma redução significativa, de 26,1% para 6,5%. O foco nas consequências e impactos também caiu, de 12,1% para 9,8%. O mesmo aconteceu com a discussão sobre energia, que saiu de um patamar de 13,5% para 8%. Vale registrar ainda, o aumento no número de notícias que discutem o aquecimento global em geral, de 2,8% para 8,3%.

Essas alterações no foco escolhido pelos veículos de comunicação ao retratar as alterações de temperatura no planeta podem ser analisadas a partir da teoria dos “**ciclos de atenção temática**”, desenvolvidos pelo pesquisador Anthony Downs para explicar como determinados assuntos ganham proeminência, repercutem e, finalmente, deixam de figurar entre as questões centrais de interesse público.

De acordo com a perspectiva apontada por Downs, a cobertura realizada pela imprensa brasileira estaria migrando do segundo estágio – aquele em que o tema surge na esfera midiática, ainda sob uma abordagem voltada para os problemas a ele relacionados – para o terceiro, cujo enfoque está nas soluções do fenômeno. De modo geral, se observa que, se antes o foco estava na cobertura sobre o efeito estufa (descrição do problema), temos agora uma maior preocupação com as medidas de enfrentamento (percepção sobre as soluções e os custos associados a ela).

Todavia, se deve ressaltar que as Mudanças Climáticas não podem ser consideradas um fenômeno datado, como é o caso de grande parte dos casos abordados pela imprensa – os quais migram, naturalmente, para o quarto e quinto estágios apontados por Downs (perda de interesse pelo tema).

O grande desafio para as redações é justamente encontrar alternativas para que a discussão sobre os fenômenos climáticos não se torne desinteressante para as várias esferas sociais, o que acarretaria na sua retirada da agenda pública. As evidências científicas atestam para a urgência do tema. Nesse sentido, é fundamental que os jornalistas se capacitem para acompanhar e amplificar o debate sobre as raízes do problema e as respostas para ele.

Vale registrar ainda que os dados consolidados pela ANDI indicam que a valorização do foco sobre as medidas de enfrentamento ao fenômeno das Mudanças Climáticas pela imprensa brasileira também se associa ao predomínio dessa abordagem no âmbito internacional, onde é prioridade a discussão de metas para a redução de emissão dos gases causadores do efeito estufa. ◆



INFORMAÇÃO CONTEXTUALIZADA

ANÁLISE DOS RESULTADOS

36

Conforme já foi discutido neste documento, o papel da imprensa não se limita a levar informação à população – é responsabilidade dela cuidar para que tais informações sejam oferecidas com o mínimo de qualidade, de forma que o receptor da mensagem possa acessar um conjunto suficiente de elementos de contexto para associar um determinado fato isolado a aspectos mais gerais de sua vida em sociedade.

Avaliar se uma cobertura garante condições ideais para o entendimento mais amplo de uma dada temática não é tarefa fácil. É essencial, antes de tudo, identificar fatores que, uma vez apresentados, significam a oferta de um volume maior e mais qualificado de informação ao público que se deseja atingir. No caso das Mudanças Climáticas, podemos destacar a utilização de conceitos, de evidências científicas, de dados estatísticos e de exemplos práticos e cotidianos que elucidem seus impactos e apontem caminhos para as necessárias soluções. A contextualização deste ou de qualquer outro fenômeno passa ainda pela discussão sobre marcos legais, temas correlacionados, pelos aportes trazidos pelas fontes consultadas, dentre outras variáveis que conferem ao texto uma leitura mais consistente.

Ao longo da presente seção, discutiremos alguns desses elementos, a partir dos quais é possível realizar uma avaliação crítica da evolução da qualidade da cobertura sobre as Mudanças Climáticas na imprensa brasileira.

A NOTÍCIA E SEU CONTEXTO

Hoje em dia há tantas e tão variadas evidências científicas comprovando a existência das Mudanças Climáticas e dissecando suas causas e efeitos que se torna difícil a quaisquer interlocutores, incluindo a imprensa, colocar em dúvida o fenômeno. Esse convencimento se assemelha ao que leva, por exemplo, a mídia a não colocar em xeque a campanha de vacinação contra a poliomielite.

Seguindo com o exemplo: mesmo que o jornalista não vá colocar em dúvida a pertinência da campanha, não é recomendável que ele limite a cobertura a uma mera divulgação dos dias de vacinação. É necessário investigar sua amplitude, seu método e os custos envolvidos.

Da mesma forma, em nossa análise, faz sentido identificar se a cobertura da mídia impressa brasileira está de tal forma convencida da existência das alterações climáticas que considera suficiente abordar o tema, sem que sejam oferecidas maiores explicações ao leitor. Quando isso acontece, o assunto passa a ser tratado como uma pauta em si mesma, algo que se encerra com o seu próprio enunciado – o que prejudica sua problematização e o adequado debate.

Em outras palavras: assim como não é bom jornalismo apenas dizer que mais uma campanha contra a poliomelite irá ocorrer, também não faz sentido apenas propagar, instrumentalmente, a existência das Mudanças Climáticas e a urgência em resolvê-las. Diante da necessidade de averiguar a eventual adoção de práticas desse tipo pela mídia impressa nacional, foram inicialmente analisados pela ANDI quatro eixos de contextualização das matérias: a apresentação do conceito, a publicação de dados que comprovem a existência do problema, as informações que indicam sua gravidade e a menção a dados estatísticos.

Assumindo evidência e dimensionando a gravidade do problema

Os resultados registram, antes de tudo, uma grande dificuldade por parte da maioria dos veículos em apresentar o conceito de Mudanças Climáticas. Durante todo o período monitorado, a conceituação do fenômeno teve espaço em uma média de 1,4% dos textos, como mostra a Tabela 8. Diante dessa constatação, é preciso destacar que a complexidade da temática não permite supor que os mais variados interlocutores de um texto jornalístico – inclusive os tomadores de decisão e os formadores de opinião – estejam familiarizados com os conceitos que a cercam; daí a importância de utilizá-las na formatação das notícias.

Os dados que comprovam a existência do fenômeno, por sua vez, foram mencionados por pouco mais de 24% dos textos analisados, percentual significativo, principalmente quando comparado ao dado anterior. Todavia, é preciso estar atento ao fato de que, em média, 75% das matérias simplesmente assumem a existência do problema sem apresentar evidências ou conceitos que dêem sustentação ao fato noticiado.

Melhoras no cenário são observadas quando analisamos a preocupação dos veículos em explicitar a gravidade das alterações climáticas e a utilização de dados estatísticos. Em relação ao primeiro item, cerca de 1/3 dos textos se-

lecionados entre julho de 2005 e dezembro de 2008 se preocupou em sublinhar a gravidade da questão. Já o uso de indicadores estatísticos e científicos esteve presente em quase metade das notícias publicadas no segundo período monitorado (49,5%), registrando um leve crescimento em relação ao primeiro (42,6%). Também é possível perceber um esforço maior na comparação entre esses indicadores: enquanto na primeira etapa tal prática foi identificada em 36,7% das notícias, na segunda subiu para 54,7%, patamar bastante significativo.

Por fim, é importante atentar para o fato de que os dados referentes à conceituação, comprovação e mensuração do problema pouco se alteraram durante os três anos e meio de acompanhamento. Como pode ser observado na Tabela 18, as oscilações desses indicadores foram muito pequenas, se não inexistentes, ente um período e outro.

TABELA 8

CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA*		
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)		
Elementos de contexto	2005/2007	2007/2008
Conceito	1,4%	1,3%
Dados que comprovam a existência	24,7%	24,1%
Explícita a gravidade	31,9%	33,6%
Menciona dados estatísticos	42,6%	49,5%
Compara dados estatísticos**	36,7%	54,7%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

** Percentual calculado sobre o total de matérias que mencionam dados estatísticos.

O documento representa uma das mais importantes estratégias relacionadas à mitigação das Mudanças Climáticas e é considerado como o primeiro passo concreto para o enfrentamento do problema – ele foi negociado em 1997, durante a COP-3, realizada na cidade japonesa de Quioto.

O Protocolo é um instrumento jurídico que estabelece compromissos legais de limitação e de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) nos países desenvolvidos. O documento prevê uma meta de redução média de 5,2% em relação aos níveis de emissão alcançados em 1990, a ser atingida até 2012. Nesse período ele deve ser substituído por outro acordo, a ser construído durante a COP-15, prevista para dezembro de 2009, na cidade de Copenhague (Dinamarca).

LEGISLAÇÃO: O PROTOCOLO DE QUIOTO EM PAUTA

A menção à legislação pode ser considerado um dos grandes diferenciais na abordagem jornalística das Mudanças Climáticas – ao longo de todo o período analisado ela esteve presente em acima de 40% da amostra. Uma breve referência a resultados alcançados em outras pesquisas nos ajuda a mensurar o caráter positivo deste dado. Nas notícias sobre infância, acompanhadas pela ANDI desde 1996, os marcos jurídicos legais encontram um espaço significativamente menor: em 2007, por exemplo, o índice foi de apenas 4%.

Entre uma série de acordos internacionais, o **Protocolo de Quioto** foi a citação mais recorrente, responsável por 42% do total de referências à legislação no primeiro período monitorado e por 50% no segundo. Vale notar que a constante referência a esse documento está associada à discussão em torno daquilo que a imprensa vem chamando de acordo pós-Quioto ou acordo pós-2012, um novo documento internacional onde deverão ser estabelecidas novas metas e diretrizes referentes à redução de emissão de gases de efeito estufa, uma vez que o período de vigência do Protocolo se encerra em 2012. A previsão é que esse novo acordo global seja firmado em dezembro de 2009, na COP-15, em Copenhague, Dinamarca.

TABELA 9

MENÇÃO À LEGISLAÇÃO*		
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas – 2005/2007 e 2007/2008)		
Menciona legislação	2005/2007	2007/2008
Sim	42,1%	43,1%
Não	57,9%	56,9%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

Internamente, instrumentos legais importantes podem ser encontrados na Legislação Ambiental Brasileira, que, em linhas gerais, prevê a segurança das populações em relação aos impactos decorrentes das alterações climáticas. A má notícia é que a **legislação nacional** foi mencionada em não mais que 2% das notícias analisadas entre julho de 2007 e dezembro de 2008.

CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES

A apresentação de causas, soluções e consequências constituem alguns dos elementos mais importantes na construção de uma perspectiva diferenciada na cobertura de um determinado tema. Segundo os estudos do professor Shanto Iyengar, da universidade de Stanford, nos Estados Unidos, apresentar causas e soluções significa, acima de tudo, apontar os responsáveis pelas questões em pauta. Esclarecimentos sobre as razões das ocorrências de um fenômeno ou problema necessariamente tratarão dos envolvidos nessa equação. Raciocínio semelhante se aplica às soluções.

Alguns estudos sobre a relação entre mídia e Mudanças Climáticas, como os promovidos pelos pesquisadores Keith Stamm, Fiona Clark e Paula Reynolds Eblacas¹ indicam uma tendência das redações em salientar as conse-

1 STAMM, Keith R.; CLARK, Fiona; EBLACAS, Paula Reynolds. Mass communication and public understanding of environmental problems: the case of global warming. **Public Understanding of Science**, v. 9, p. 219-237, 2000.

Vale lembrar que o país ainda está engatinhando construindo um marco regulatório sobre o tema, necessário para a implementação de ações efetivas para o enfrentamento às alterações do clima. Como já mencionado anteriormente neste documento, apenas em junho de 2008 foi encaminhada ao Congresso Nacional a proposta de lei que institui a Política Nacional de Combate às Mudanças Climáticas, mas o projeto de lei ainda está em tramitação. O que existe atualmente é o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, que não tem força de lei.

TABELA 10

CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Causas, consequências e soluções	2005/2007	2007/2008
Mencionam causas	36,5%	36,6%
Mencionam consequências	58,5%	34,4%
Mencionam soluções	41,8%	41,1%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

quências negativas desse fenômeno, focalizando menos os meios para seu enfrentamento.

Nesse sentido, os resultados encontrados no estudo conduzido pela ANDI apontam para uma mudança de perspectiva muito importante na mídia impressa brasileira: a recente preferência por um debate voltado para a busca de soluções e estratégias de enfrentamento, em detrimento das consequências negativas e das abordagens de risco, conforme temos discutido ao longo do presente documento.

Entre os dois períodos analisados, a referência a causas se manteve na casa dos 36%. No que diz respeito às consequências, tivemos uma redução no número de textos, de 58,5% para 34,4%. A menção às soluções, por sua vez, se manteve estável: aproximadamente 41% nos dois períodos monitorados.

Causas naturais X Causas antropogênicas

Ainda que a proporção de matérias nas quais houve menção a causas não tenha sofrido variações significativas entre os dois períodos analisados, é possível observar algumas alterações em relação ao conjunto de fatores elencados. Um bom exemplo está na percepção, cada vez mais evidente, de que a ação humana tem impactos diretos sobre o processo de desequilíbrio climático do planeta.

Na verdade, a ação antropogênica vem sendo apresentada pela mídia noticiosa brasileira como uma das principais variáveis relacionadas ao desencadeamento do problema desde os primeiros anos de monitoramento. Já no primeiro período, o percentual de notícias que se referiam a ela atingiu a marca de 59,4% de toda a cobertura. No segundo, esse índice alcançou valores ainda mais expressivos, chegando a 63,9%.

De outro lado, é possível identificar uma tendência cada vez menos acentuada em abordar o fenômeno a partir de uma perspectiva que tende a considerá-lo como uma oscilação natural de temperatura – e que, portanto, estaria fora do escopo da ação humana. Sendo assim, a menção às “causas naturais” do problema evidenciaram uma queda de 42,6% para 36,1% entre os dois períodos.

Responsabilizando os atores

Entre os atores relacionados como potenciais causadores do fenômeno, destacam-se as autoridades públicas, tanto nacionais quanto internacionais. Em média, 24% de todos os textos analisados entre julho de 2005 e dezembro de 2008 indicaram algum dos órgãos integrantes da estrutura estatal como responsável pela manifestação das Mudanças Climáticas. Além do governo, a sociedade em geral e o setor privado também mereceram destaque, especialmente no último período, quando foram mencionados em 16,9% e 15,2% das notícias, respectivamente.

Seguindo a mesma tendência, o governo foi indicado como o principal responsável pela busca de soluções para o problema. Um detalhe importante a ser observado é a recente valorização da ideia de que as respostas dependem mais diretamente da ação do governo brasileiro do que das autoridades internacionais. A menção ao Executivo nacional, por exemplo, subiu de 20,1%,



Em busca de soluções

A Tabela 7, apresentada no Capítulo 1 deste documento, evidencia a valorização do debate em torno das soluções para o problema. Conforme pudemos observar, o número de matérias sobre Mudanças Climáticas cujo foco central se refere a Medidas de Enfrentamento subiu de 7,3% para 26,8% entre o primeiro e o segundo período aqui monitorados. Conseqüentemente, as abordagens de cunho preventivo ganharam mais força a partir da segunda fase da pesquisa, chegando a 47,6% dos textos selecionados entre julho de 2007 a dezembro de 2008, se sobrepondo assim a perspectiva focalizada no risco (27,1%), aquelas que privilegiam as discussões sobre os impactos e as consequências negativas no fenômeno.

no primeiro período, para 32,8% no segundo, ao passo que a referência aos governos estrangeiros caiu de 24,5% para 16,2%.

O Capítulo 3 deste documento trará uma discussão mais detalhada sobre a divisão das responsabilidades em relação ao fenômeno das Mudanças Climáticas entre os atores que conformam o ambiente social, tanto no que se refere a causas quanto à busca de soluções. A proposta é recuperar esse debate e apresentá-lo sob a luz da teoria do controle social – ou seja, valorizando o papel do Estado na condução das políticas públicas e atuação da imprensa no exercício de fiscalizá-las.

TABELA 11

ÁREAS IMPACTADAS*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas que mencionaram consequências – 58,5% em 2005/2007 e 34,4% em 2007/2008)

Áreas impactadas	2005/2007	2007/2008
Ambiental	72,6%	56,5%
Econômica	16,8%	24,6%
Saúde Pública	4,8%	3,9%
Segurança	2,1%	8,1%
Sociocultural	2,7%	3,9%
Não foi possível identificar	1,1%	2,9%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

Impactos ambientais X Impactos econômicos

A análise sobre os setores mais impactados pelas Mudanças Climáticas nos revela mais um avanço, entre tantos já identificados no tratamento editorial conferido ao tema pela imprensa brasileira: a redução do percentual de matérias que relacionam as consequências exclusivamente à área ambiental, com queda de 72,6% para 56,5%. Em contrapartida, as consequências econômicas do fenômeno ganharam espaço, tendo sido mencionadas em uma a cada quatro matérias sobre o tema – no período anterior, a relação era de uma para cada seis.

Esse resultado reforça a hipótese, a ser discutida mais adiante, de que a abordagem econômica sobre o fenômeno das Mudanças Climáticas começa a ganhar espaço na mídia. Esse dado é extremamente positivo, uma vez que, como apontado no *Relatório Stern*, as alterações de temperatura podem causar, até o final do século, uma significativa redução do Produto Interno Bruto Mundial, – entre 5% e 20%, o que equivaleria a 3,7 trilhões de libras (algo em torno de R\$ 15,12 trilhões). Segundo Stern, os custos podem variar de acordo com a velocidade das inovações tecnológicas e das decisões de investimento por parte dos formuladores de políticas públicas.

Contudo, ainda que a discussão sobre os impactos ambientais esteja lentamente cedendo espaço para abordagens de cunho mais econômico, é necessário notar que permanece certa dificuldade em associar o fenômeno a outras implicações, igualmente relevantes. Os impactos sobre a saúde pública, por exemplo, se limitaram a aproximadamente 4% do total de textos nos quais houve menção a consequências, durante todo o período monitorado. O mesmo aconteceu com os desdobramentos socioculturais do problema, lembrados, em média, em 3,3% das notícias.

AS FONTES OUVIDAS

Outro indicador relacionado à qualidade da cobertura é a pluralidade de vozes presentes no texto jornalístico. Uma matéria é tanto mais rica quanto maior for sua capacidade de se apresentar como fórum para o debate de ideias. A diversidade e a quantidade de fontes ouvidas refletem, assim, o nível de participação dos diversos setores da sociedade no discurso construído pelos meios de comunicação. Isso porque diferentes personagens não só apresentam perspectivas ideológicas e interesses diversos, como, não raro, são portadores de conhecimentos complementares sobre uma mesma questão.

Nesse sentido é fundamental chamar a atenção para a significativa redução do número de matérias nas quais não há fontes ouvidas. Enquanto no primeiro período esse índice representava 24,9% da cobertura, na segunda amostra ele não passou de 14%.

No que se refere aos atores consultados, o quadro manteve-se estável durante todo o período, como pode ser observado na Tabela 12. Nos dois momentos

TABELA 12

FONTES OUVIDAS*		
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)		
Fontes ouvidas	2005/2007	2007/2008
Governo brasileiro	17,6%	19,7%
Governos estrangeiros	11,5%	6,7%
Organismos Internacionais	6,5%	10,8%
Empresas estatais	0,5%	0,0%
Empresas não estatais	7,0%	12,1%
Organismos da sociedade civil	9,5%	9,0%
Sindicados e federações de trabalhadores	0,2%	0,0%
Especialistas/Técnicos	18,6%	17,9%
Outros	3,7%	8,9%
Não há fontes ouvidas	24,9%	14,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas

há uma divisão equilibrada entre especialistas (ouvidos em 18,6% dos textos da primeira amostra e em 17,8% da segunda) e as fontes governamentais (presentes em 17,6% e 19,7% das matérias, respectivamente).

É importante salientar ainda o lugar de fala concedido aos Organismos Internacionais a partir do segundo período de monitoramento. Essas fontes, antes ouvidas em apenas 6,5% do material, passaram a marcar presença em 10,8%. Também ganharam espaço os representantes do setor privado, cuja participação subiu de 7% para 12,1%.

Uma cobertura fundamentada em consensos

Apesar do avanço notório no que se refere ao lugar de fala conferido aos diversos atores sociais, o discurso jornalístico apresentado em torno das Mudanças Climáticas é construído por meio de consensos, como pode ser observado na leitura das Tabelas 13 e 14. Quando colocadas lado a lado, elas nos indicam que embora um índice superior a 40% do total dos textos tenha ouvido mais de uma fonte, o volume dos que apresentam opiniões divergentes não passou de 10,2% no primeiro período e de 7,4% do segundo.

A esse propósito, é importante recuperamos um princípio básico do jornalismo: ouvir e apurar opiniões diversas e antagônicas, ainda que o entendimento sobre um determinado fenômeno (causas e consequências, por exemplo) esteja dado de maneira efetiva.

O debate não é simplista. De um lado, utiliza-se a argumentação – nem sempre válida para todos os perfis de noticiário – de que é princípio fundamental do jornalismo a apresentação de um tratamento editorial equilibrado entre diferentes opiniões. De outro, pesquisadores como Maxwell e Jules Boykoff²

TABELA 13

NOTÍCIAS ONDE HÁ MAIS DE UMA FONTE OUVIDA*		
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas onde há fontes ouvidas - 75,1% em 2005/2007 e 86% em 2007/2008)		
Há mais de uma fonte ouvida	2005/2007	2007/2008
Sim	41,5%	43,7%
Não	58,0%	56,3%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

2 BOYKOFF, Maxwell T.; BOYKOFF, Jules M. Balance as bias: global warming and the US prestige press. *Global Environmental Change*, v. 14, p. 125-136, 2004.

TABELA 14

NOTÍCIAS ONDE HÁ OPINIÕES DIVERGENTES*

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas onde há fontes ouvidas - 75,1% em 2005/2007 e 86% em 2007/2008)

Opiniões divergentes	2005/2007	2007/2008
Sim	10,2%	7,4%
Não	89,3%	82,6%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

recordam que a tese da cobertura equilibrada – mesma quantidade de linhas para um lado e para o outro – embute uma armadilha: é muito mais fácil explicar o *status quo* do que as alterações no discurso corrente.

As duas argumentações têm gerado um debate interessante no campo das análises de mídia, mas ambas parecem desfocadas quando assumimos que:

- Apresentar opiniões divergentes não significa avalizá-las e muito menos descontextualizá-las. Por exemplo, se são dez os artigos científicos contra a existência de causas antropogênicas para as Mudanças Climáticas e 900 defendendo tal ponto de vista, é preciso alertar o leitor.
- A apresentação dessas opiniões, sempre que necessário, requer a discussão das credenciais dos interlocutores. Por exemplo, quem financia as pesquisas conduzidas.
- Ainda que tenhamos questões para as quais hoje existe suficiente consenso entre a comunidade científica, deve ficar claro que em relação a outras há muita divergência, seja entre pesquisadores, seja entre os tomadores de decisão. O convívio democrático implica registrar tais discordâncias.



INCERTEZAS E PROBABILIDADES

Uma interpretação frequentemente levantada pela literatura especializada em mídia e meio ambiente defende o argumento de que teríamos dois discursos concorrentes sendo formados na cobertura sobre as Mudanças Climáticas: o da ciência, baseado em probabilidades e possibilidades, e o da imprensa, embasado em certezas e afirmações¹. Dessa forma, as questões só ganhariam a pauta dos jornais após alcançado certo consenso em torno de si, o que deixaria de fora da cobertura aqueles pontos sobre os quais há discordâncias e dúvidas. Essa hipótese é compreensível, mas leva à seguinte pergunta: a percepção de que a mídia tende a trabalhar com certezas não estaria vinculada a uma idéia de jornalismo científico fortemente focado nas chamadas ciências duras?

Para tornar a questão mais clara, pensemos em outras situações que ilustram essa polarização entre dúvidas e certezas no discurso midiático. Durante um processo eleitoral, por exemplo, os periódicos não se arriscam a dizer quem vai ganhar ou perder. Eles limitam-se a reproduzir as incertezas levantadas pelas pesquisas eleitorais. Ou seja, podemos dizer que é sim possível fazer jornalismo valendo-se de intervalos de interpretação. Se há certezas quanto a alguns pontos, excelente – elas devem ser apresentadas. Porém, se há dúvidas, é necessário discutí-las. As probabilidades, desse modo, não impedem nem o trabalho dos jornalistas, nem dos formuladores de políticas públicas.

Em seu relatório publicado em 2008, o PNUD traz uma posição interessante, que pode ser aplicada a essa situação: embora não conheçamos bem quais serão e onde ocorrerão as perdas decorrentes das alterações no clima, isso não invalida a necessidade de tomarmos precauções, pois sabemos que o perigo existe, que os danos causados com o aumento do efeito estufa são irreversíveis e que, enquanto nada for feito, esses tenderão a aumentar.

Diante de tal reflexão, é preciso entender que o papel da imprensa não deve estar focado apenas na apresentação das certezas existentes sobre as Mudanças Climáticas. Como estamos diante de um cenário dinâmico e mutável, cabe à cobertura jornalística também dar vazão às divergências de abordagem relacionadas ao tema – o que, de maneira geral, não tem ocorrido.

¹ Para mais detalhes, ver Weingar Peter *et alli*. Risks of communication: discourses on climate change in science, politics and mass media. **Public Understanding of Science**, v. 9, p. 261-283, 200.

TEMAS RELACIONADOS

O estudo realizado pela ANDI avaliou ainda um conjunto bastante significativo de questões específicas fortemente vinculadas à agenda das Mudanças Climáticas, aspecto que pode apontar para uma maior contextualização da discussão. Algumas das particularidades analisadas se referem às questões energéticas – que trazem consigo uma série de discussões importantes no atual contexto de desequilíbrio climático – e na menção aos gases geradores do efeito estufa e seus desdobramentos (principais gases liberados e suas fontes emissoras, por exemplo).

ENTRE A UTILIZAÇÃO DO CARBONO E AS ENERGIAS LÍMPAS

Os resultados alcançados indicam que as questões energéticas desfrutam de um espaço bastante expressivo na cobertura dos fenômenos climáticos. Entre julho de 2005 e junho de 2007, 44% dos textos selecionados fizeram alguma referência à energia; entre julho de 2007 e dezembro de 2008 esse percentual foi de 42,7%.

TABELA 15

FONTES DE ENERGIA*		
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)**		
Tipo de energia	2005/2007	2007/2008
Combustíveis fósseis/carbono	31,6%	25,9%
Etanol	10,3%	9,4%
Energia "limpa"	5,1%	6,9%
Hidroelétrica	2,9%	5,8%
Biodiesel	5,8%	4,5%
Eólica	3,8%	4,0%
Solar	3,9%	4,0%
Nuclear	2,7%	2,8%
Agroenergia	0,3%	0,2%
Hidrogênio	0,4%	0,8%
Não mencionam fontes de energia	56,0%	57,3%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

** A variável permite marcação múltipla.



As questões energéticas em pauta

A Tabela 7, apresentada no Capítulo 1 deste documento, demonstra que a energia foi abordada como tema central de 13% das matérias publicadas entre julho de 2005 e junho de 2007, caindo para 8% entre julho de 2007 e dezembro de 2008. Apesar de aparentemente pouco expressivos, esses percentuais garantem à questão o quinto lugar em uma lista de 17 subtemas.

Conforme pode ser observado na Tabela 15, a cobertura sobre as fontes de energia está concentrada na utilização dos combustíveis fósseis, presente em 31,6% dos textos analisados no primeiro período e em 25,9%, no segundo. Um olhar mais atento sobre os dados, no entanto, permite notar que a abordagem sobre energias limpas não é totalmente incipiente. Algumas fontes consideradas limpas, como etanol, biodiesel e as hidrelétricas alcançam percentuais não desprezíveis.

Dentre as fontes alternativas mencionadas pela imprensa, o etanol obteve o maior destaque – esteve presente em 9,4% das matérias publicadas entre

Essa crise teve início em 2008, com a alta generalizada dos preços dos produtos alimentícios em todo o planeta. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a alta dos preços foi reflexo, principalmente, do aumento na demanda – principalmente por parte de países emergentes –, da alta do petróleo e das condições climáticas desfavoráveis. A relação com os biocombustíveis, cujas matérias-primas (cana, milho e outras) são também destinadas à produção de comida, ainda é controversa, não havendo provas científicas de que realmente tenham sido tomados áreas de plantio de alimentos.

julho de 2007 e dezembro de 2008, percentual muito próximo aos 10,3% observados entre julho de 2005 e junho de 2007.

O número de notícias sobre o etanol veiculadas na imprensa brasileira atingiu o seu maior patamar entre os meses de maio e junho de 2008, período no qual aconteceram a 9ª Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (CDB) e a *Climate Change Talks* (Conversas Sobre Mudanças Climáticas, evento promovido pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática), ambas realizadas em Bonn, na Alemanha – a primeira entre os dias 19 e 30 de maio e a segunda entre os dias 2 e 13 de junho. A cobertura sobre os dois encontros ressaltou o empenho do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva em defender a cultura da cana-de-açúcar das acusações de que a produção de biocombustíveis poderia potencializar a **crise de mundial de alimentos**.

Outros eventos ajudaram a impulsionar a cobertura sobre o etanol, como a visita ao Brasil, no início de maio de 2008, da chanceler alemã Angela Merkel, que suscitou o debate sobre a produção de biocombustíveis no país. Na ocasião, ela problematizou, em especial, as condições às quais estão submetidos os trabalhadores das lavouras e o desmatamento de florestas para o plantio de cana-de-açúcar.

Durante a Conferência Mundial de Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia, em junho do mesmo ano, em Roma, o presidente Lula defendeu a produção de biodiesel, respondendo a críticas de que as plantações para o cultivo de matérias-primas para o produto poderiam reduzir as áreas agricultáveis e gerar aumento no preço dos alimentos.

Um aspecto positivo nas notícias sobre energia é a referência constante à necessidade de redução no uso do carvão – 70% e 61,1%, nos períodos analisados. Dentre as estratégias de redução mencionadas, destacam-se o comércio de créditos de carbono, o desenvolvimento de tecnologias limpas ou de matriz energética não fóssil, a substituição por outros combustíveis e o aumento da eficiência no consumo de CO₂.



AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA PRODUÇÃO DO ETANOL

Apesar do etanol ser apresentado pelo governo brasileiro como medida estratégica para a redução dos efeitos das Mudanças Climáticas é preciso alertar que, embora seu processo de produção possa ser menos agressivo ao meio ambiente, muitas vezes está alicerçado em práticas que desrespeitam os direitos humanos. Reportagem publicada no Caderno Mais, da Folha de S. Paulo, em agosto de 2008 mostra que o estado de São Paulo, que detém mais de 60% da produção de cana-de-açúcar brasileira, não divide a riqueza gerada pelo etanol com os 135 mil trabalhadores que fazem o corte do produto.

Um cortador de cana no estado, que em 1985 ganhava em média R\$ 32,70 por dia, recebeu, em 2007, R\$ 28,90. A queda na remuneração foi acompanhada por aumento no volume de trabalho, que passou de cinco toneladas cortadas por trabalhador a cada dia, em 1985, para 9,3 toneladas. Ainda de acordo com a reportagem, o Ministério do Trabalho retirou, em 2008, 5.999 trabalhadores brasileiros de condições análogas à escravidão, sendo mais da metade oriunda desse setor.



A incidência das medidas de mitigação sobre o setor energético

Conforme nos indicará a leitura da Tabela 32, o setor energético foi apresentado pela imprensa brasileira como uma das principais áreas de incidência das estratégias de mitigação. Entre julho de 2007 a dezembro de 2008, por exemplo, ele foi mencionado em 20,8% dos textos que traziam alguma discussão sobre redução de emissões, ficando atrás apenas das matérias que citavam o uso do solo e das florestas (25,4%).

TABELA 17

MATÉRIAS QUE MENCIONAM UM OU MAIS GASES DE EFEITO ESTUFA E/ OU AEROSÓIS *

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Menciona gases de efeito estufa	2005/2007	2007/2008
Sim	55,8%	59,9%
Não	44,2%	40,1%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

TABELA 16

NOTÍCIAS QUE MENCIONAM REDUÇÃO NA UTILIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS*

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas que mencionaram combustíveis fósseis - 31,6% em 2005/2007 e 25,9% em 2007/2008)

Mencionam redução na utilização de combustíveis fósseis	2005/2007	2007/2008
Sim	70,0%	61,1%
Não	30,0%	38,9%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

O EFEITO ESTUFA

Conforme foi discutido no Capítulo 1, a primeira fase de nosso estudo apontou o efeito estufa como a temática central de grande parte das notícias (26,1%). Ainda que seja possível identificar uma alteração no enquadramento do tema entre os dois períodos aqui comparados, com destaque para a recente valorização das medidas de enfrentamento, é importante notar que a preocupação com o efeito estufa continua sendo um dos pontos fortes da cobertura.

Responsável pelo aquecimento global, o efeito estufa ocorre na medida em que gases presentes na atmosfera absorvem parte da radiação solar. Dentre os vários gases responsáveis por esta absorção destacam-se o CO₂ (dióxido de carbono), CH₄ (metano), N₂O (óxido nitroso), O₃ (ozônio) e os CFCs (clorofluorcarbonos).

Um volume superior a 50% das matérias sobre Mudanças Climáticas publicadas nos dois períodos fizeram menção aos GEE (55,8% e 59,9%, respectivamente), ainda que este não tenha sido o foco central das notícias. Considerado o principal gás de efeito estufa, o CO₂ foi também o mais mencionado.

Da mesma forma, mais de 50% das matérias onde há referência aos GEE publicadas nos dois períodos indicam a fonte responsável pela sua emissão, com um leve aumento entre uma etapa de investigação e outra (de 50,7% para 56,4%). De acordo com o IDS, Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, 75% das emissões de CO₂ no Brasil são decorrentes das queimadas

TABELA 18

MATÉRIAS QUE MENCIONAM AS FONTES RESPONSÁVEIS PELA EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA *

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas que mencionaram gases de efeito estufa - 55,8% em 2005/2007 e 59,9% em 2007/2008)

Mencionam as fontes responsáveis pela emissão	2005/2007	2007/2008
Sim	50,7%	56,4%
Não	49,3%	43,3%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.



Floresta Amazônia - prioridade no combate à emissão de GEE

A fonte de emissão mais mencionada pela imprensa brasileira coincide com a área considerada prioritária para incidência das políticas de mitigação que serão apresentadas no Capítulo 3. De acordo com a Tabela 32, o manejo do solo e das florestas foi indicado, entre julho de 2007 e dezembro de 2008, como a principal atividade onde tais medidas devem incidir (25,4%).

TABELA 19

MATÉRIAS QUE MENCIONAM DIFERENÇAS REGIONAIS NA EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Mencionam diferenças regionais	2005/2007	2008
Sim	0,5%	2,1%
Não	99,5%	97,9%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

46

e do desmatamento, que ocorrem principalmente na Amazônia e no Cerrado. Outra fonte recorrentemente mencionada pela imprensa são os veículos movidos a combustíveis fósseis, o segundo colocado na lista de emissores elaborada pelo IBGE.

Diferenças regionais

É interessante observar que embora as queimadas na Floresta Amazônica – que ocupa grande parte da região Norte – sejam constantemente mencionadas como uma das principais fontes de emissão dos GEE, não há, por parte da imprensa brasileira, um esforço no sentido de realizar comparações regionais no que se refere ao volume de emissões. O percentual de matérias que ressaltaram as discrepâncias inter-regionais não ultrapassou os 2,1% do total da amostra, no período que vai de julho de 2007 a dezembro de 2008. Na medição anterior, ele era próximo a zero.

Diferenças entre países

As abordagens comparativas entre países, por sua vez, desfrutaram de um espaço mais significativo. Entre julho de 2007 e dezembro de 2008, elas estiveram presentes em 9,6% das matérias nas quais havia referência à emissão de gases, registrando um crescimento significativo em relação ao primeiro período de monitoramento – quando 5,9% dos textos apresentaram tal enfoque. Vale mencionar que, de acordo com os dados da Convenção do Clima, o *ranking* dos 10 maiores emissores é liderado pelos Estados Unidos, seguidos pela China, Rússia, Brasil, Índia, Japão, Alemanha, Tanzânia, Canadá, Reino Unido, Austrália, França, Indonésia e México.

TABELA 20

MATÉRIAS QUE MENCIONAM DIFERENÇAS ENTRE PAÍSES NA EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Mencionam diferenças entre países	2005/2007	2008
Sim	5,9%	9,6%
Não	94,1%	90,4%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

ENQUADRAMENTOS

Em pesquisas na área de comunicação social, falar de enquadramentos é referir-se às opções de abordagem adotadas pelos veículos durante o processo de elaboração da notícia. De acordo com a professora Salma Ghanem³, o enquadramento, ou *framing*, é definido a partir de padrões interpretativos presentes nos textos jornalísticos.

Dentro desta perspectiva, as Mudanças Climáticas podem ser lidas tanto por meio de um viés ambiental (os impactos do aquecimento global sobre o comportamento das marés, por exemplo), como também a partir de uma ótica mais econômica (as consequências da adoção das medidas de mitigação sobre o PIB do país) ou política (os interesses envolvidos no combate ao desmatamento da Amazônia), entre tantas outras.

Nesse sentido, a presente seção procurará identificar a partir de quais ângulos o debate sobre as Mudanças Climáticas foi reportado pelos diários avaliados.

PERSPECTIVA CONCEITUAL

A análise dos enquadramentos temáticos dispensados aos focos centrais dos textos jornalísticos selecionados pela ANDI gera um conjunto relevante de observações. Como era de se esperar, o enquadramento ambiental acabou predominando (exceto para os jornais econômicos) contudo, a perspectiva econômica/financeira também recebeu um expressivo destaque, sendo a segunda mais frequente no conteúdo pesquisado – alavancada, principalmente,

pelos jornais econômicos, pelos debates sobre energia e por colunistas que deram destaque ao tema. O terceiro enquadramento mais comum foi aquele relacionado à perspectiva política. Somente depois aparece a abordagem de cunho científico, resultado que certamente contradiz a ideia de que esse é um debate restrito aos especialistas no assunto.

Como pode ser observado na Tabela 21, o enquadramento ambiental esteve presente em pouco mais de 40% de toda a cobertura. O enfoque econômico financeiro, por sua vez, girou em torno de 15,6% e 18,7%, apresentando um leve aumento entre os dois períodos monitorados. Já os textos cuja linha editorial tem um viés político apareceram em 11,5% da cobertura na primeira amostragem e em 15,8% na segunda.

De modo geral, há uma estabilidade em relação aos enfoques adotados pela imprensa. A única exceção se refere à menção aos aspectos científico-tecnológicos, que caíram de

TABELA 21

PERSPECTIVA TEMÁTICA CONCEITUAL*

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Perspectiva temática conceitual	2005/2007	2007/2008
Ambiental	43,4%	45,0%
Econômico/financeira	15,6%	18,7%
Política	11,5%	15,8%
Agrícola	6,4%	4,6%
Individual ou comunitária	1,2%	4,2%
Científico-tecnológica	11,4%	4,0%
Sociocultural	3,6%	2,4%
Saúde pública	1,6%	1,3%
Educacional	1,9%	1,3%
Jurídica	0,6%	0,4%
Não foi possível identificar	2,0%	2,2%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

3 Para mais informações, ver: GRAHEN, Salma. **Filling in the Tapestry: The Second Level of Agenda Setting**. Disponível em: <http://www.uestia.com/PM.qst?a=o&d=29210605>, acessado em 22 de maio de 2009.

TABELA 22

**PERSPECTIVA TEMÁTICA CONCEITUAL,
SEGUNDO ABRANGÊNCIA DO JORNAL***

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2007/2008)

Perspectiva temática conceitual	Jornais de abrangência nacional	Jornais de abrangência local	Jornais econômicos	Amostra Geral
Ambiental	49,3%	46,8%	27,9%	45,0%
Econômica/financeira	15,9%	14,7%	40,9%	18,7%
Política	17,6%	14,5%	16,9%	15,8%
Agrícola	2,5%	4,8%	8,4%	4,6%
Individual ou comunitária	3,4%	5,5%	1,3%	4,2%
Científico-tecnológica	3,4%	5,1%	1,3%	4,0%
Sociocultural	2,5%	3,0%	0,0%	2,4%
Saúde pública	0,8%	1,8%	0,0%	1,3%
Educacional	1,4%	1,3%	1,3%	1,3%
Jurídica	0,6%	0,2%	0,6%	0,4%
Não foi possível identificar	2,5%	2,3%	1,3%	2,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

11,4% para 4% entre o primeiro e o segundo momento.

Retomando a abordagem relacionada à economia, vale ressaltar a esperada preponderância do comportamento dos jornais econômicos (*Gazeta Mercantil* e *Valor Econômico*) frente aos demais. A Tabela 22 – referente apenas ao período que se estende de julho de 2007 a dezembro de 2008 – nos ajuda a dimensionar as diferenças entre o enquadramento oferecido pelos três grupos de jornais (nacionais, locais e econômicos). Conforme pode ser observado, 40,9% das notícias publicadas pelo *Valor Econômico* e pela *Gazeta Mercantil* privilegiaram uma abordagem econômico-financeira. Nos demais grupos, esse percentual não chegou a 16%. É importante lembrar o leitor que esses dois diários apresentam uma linha editorial de caráter econômico, o que faz dos resultados alcançados em relação à perspectiva temática conceitual adotada por eles algo já esperado.

A mesma lógica funciona para o enquadramento ambiental, embora em sentido contrário. Enquanto quase metade da cobertura dos jornais alcance nacional e local optou

por esse enfoque, os econômicos se utilizaram dele em pouco menos de 1/3 das notícias. Ainda que previsível, dadas as características assumidas *a priori* por cada conjunto de diários, esse resultado nos ajuda a dimensionar as discrepâncias entre eles e a identificar as deficiências a serem superadas.

Não podemos negar que os dados aqui apresentados demonstram que a mídia vem, em parte, diversificando as formas de abordar o debate sobre as alterações climáticas – ainda que o enquadramento sob o prisma econômico siga sendo, como vimos, superficial e concentrado em um grupo específico de jornais. Por outro lado, também não podemos negligenciar a ausência de outras perspectivas importantes: tecnológica, sociocultural e individual/mudança de comportamento, por exemplo.

DESENVOLVIMENTO EM SEGUNDO PLANO

Dentre as principais revelações apontadas por nosso estudo, podemos destacar a dificuldade em associar Mudanças Climáticas e aspectos do desenvolvimento. De modo geral, os dados mostram que a imprensa brasileira costuma discutir as alterações no clima e seus temas correlatos sem relacioná-los à agenda mais ampla do desenvolvimento, em quaisquer das suas vertentes. Do total de textos analisados, 14,5% no primeiro período e 18,5% no segundo, buscaram traçar esse paralelo.

TABELA 23

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO*

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Tipo de estratégia mencionada	2005/2007	2007/2008
Desenvolvimento sustentável	10,0%	10,7%
Crescimento econômico	2,6%	3,6%
Desenvolvimento econômico	1,7%	3,1%
Desenvolvimento socioambiental	0,0%	0,5%
Desenvolvimento humano	0,0%	0,3%
Desenvolvimento comunitário	0,0%	0,2%
Desenvolvimento social	0,2%	0,1%
Não menciona estratégias de desenvolvimento	85,5%	81,5%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

Como pode ser visto na Tabela 23, nos casos onde tal associação foi apresentada, a discussão se manteve em torno da sustentabilidade, responsável por aproximadamente 10% dos textos com foco em desenvolvimento. Para além desse debate, é preocupante observar que outras formas de desenvolvimento, desvinculadas de uma matriz estritamente econômica (humano, social, comunitário, socioambiental) são quase inexistentes na produção editorial dos jornais no Brasil.

Tal resultado merece algumas reflexões, uma vez que, durante anos, o crescimento econômico foi considerado o principal vetor na melhoria da condição social das nações. Essa ideia se baseava no princípio de que quanto melhor o desempenho econômico, mais pessoas teriam acesso, auto-

maticamente, a bens de consumo e serviços capazes de impulsionar sua qualidade de vida. Entretanto, se percebe hoje que muitas das estratégias adotadas em prol desse crescimento estão entre os grandes responsáveis pelas alterações no equilíbrio climático, pois se baseiam em um consumo desenfreado de recursos naturais.

Nesse sentido, o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*, publicado pelo PNUD, chama a atenção para a relação estreita entre as Mudanças Climáticas e desenvolvimento, principalmente no que diz respeito ao maior impacto dessas alterações sobre as populações mais vulneráveis:

As consequências irão condenar os 40% mais pobres da população mundial – cerca de 2,6 bilhões de pessoas – a um futuro de oportunidades diminutas. Irá exacerbar desigualdades profundas entre os países e minar os esforços para construir um padrão de globalização mais inclusivo, reforçando as enormes disparidades entre os que ‘têm’ e os que ‘não têm’.

Em suma, vivemos um momento crucial, no qual o debate público precisa ir além das soluções paliativas. É necessário avaliar a disposição, por parte das sociedades e dos governos, em alterar drasticamente suas formas de consumo e de redefinir o modelo de produção vigente.

Sociedade e desenvolvimento: discutindo os hábitos de consumo

Ainda no que diz respeito à discussão sobre desenvolvimento, vale mencionar os baixos percentuais alcançados na menção aos padrões de consumo, presentes em 6,1% das matérias na primeira medição e em 7,1% na segunda. Esse resultado retrata a dificuldade dos diários brasileiros em dimensionar o impacto dos hábitos assumidos pelas sociedades contemporâneas sobre o meio ambiente e, particularmente, sobre as Mudanças Climáticas.

O curioso neste dado é que a ampla maioria das notícias analisadas no segundo monitoramento (63,9%) aponta a ação humana como um dos



O desenvolvimento para as novas gerações

“Um conceito relacionado à ideia dos direitos das gerações futuras é o do desenvolvimento sustentável: as gerações futuras deveriam ter direito a um padrão de vida não inferior ao que temos atualmente”.

The Stern Review on the Economics of Climate Change

TABELA 24

NOTÍCIAS QUE MENCIONAM PADRÕES DE CONSUMO*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Mencionam padrões de consumo	2005/2007	2007/2008
Sim	6,1%	7,1%
Não	93,9%	92,9%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

50

vetores que incidem diretamente nas causas do problema. Diante disso, somos levados a concluir que, há, por um lado, uma consciência relativa sobre o impacto de algumas ações promovidas pela humanidade, especialmente aquelas que alteram explicitamente o equilíbrio ecológico, como as queimadas e o desmatamento. Por outro lado, ocorre uma dificuldade em identificar a incidência negativa de hábitos mais diluídos e assimilados socialmente.

Do risco à prevenção

Apesar das limitações que ainda persistem, os resultados alcançados na análise do enquadramento temático das Mudanças Climáticas na mídia impressa nacional revela um quadro bastante positivo na evolução desta cobertura. Tal evolução é caracterizada pela transição de uma abordagem antes dividida entre o risco e a prevenção para uma leitura predominantemente preventiva. Mais uma vez, esse resultado está associado à mudança do foco temático. Conforme foi ressaltado anteriormente, à partir do segundo semestre de 2007 houve uma crescente valorização das matérias com foco nas medidas de enfrentamento, que passaram de 7,3% para 26,8% do total de textos analisados, assumindo o primeiro lugar no ranking dos temas mencionados.

Seguindo esta tendência, as notícias com um viés preventivo subiram de 37,2% para 47,6% entre os dois períodos analisados (Tabela 25). A opção pela prevenção em lugar do risco significa a adoção de um tratamento menos “catastrófico” e mais propositivo. ♦

TABELA 25

PERSPECTIVA JORNALÍSTICA*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Perspectiva jornalística	2005/2007	2007/2008
Preventiva	37,2%	47,6%
Risco	35,3%	27,1%
Não foi possível identificar	27,5%	25,4%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.



A MÍDIA COMO WATCHDOG

ANÁLISE DOS RESULTADOS

51

Dando sustentação à perspectiva apresentada na introdução deste documento – a de que a mídia pode contribuir para o exercício da boa governança – este capítulo pretende avaliar como a cobertura das Mudanças Climáticas na imprensa brasileira tem focalizado a ação do Estado. Será que os meios de comunicação têm auxiliado a sociedade no exercício do controle social das políticas relacionadas ao fenômeno, fiscalizando, cobrando e dando notoriedade às iniciativas assumidas no âmbito dos Poderes Públicos?

Ao longo das páginas seguintes, poderemos observar em que medida a mídia noticiosa se apresenta, no território brasileiro, como um canal de comunicação eficiente entre os diversos setores e o governo – contribuindo, assim, para que os cidadãos possam exigir respostas dos seus representantes em relação a um problema multifacetado e cada vez mais premente.

O FOCO INSTITUCIONAL NO GOVERNO

Um dos aspectos avaliados pela ANDI nesta pesquisa diz respeito à perspectiva institucional dos textos jornalísticos. A proposta desse item de análise é averiguar se o tema está sendo abordado, centralmente, a partir das características inerentes a uma ou mais das instituições que conformam as democracias contemporâneas, e se alguma delas estaria sendo privilegiada na construção do noticiário sobre as alterações na temperatura no planeta.

Nesse sentido, uma notícia sobre Mudanças Climáticas enquadrada a partir do ângulo institucional do Poder Executivo, por exemplo, estaria vinculada a uma discussão sobre políticas públicas governamentais, ao passo que o foco no setor privado tenderia a ressaltar os aspectos que fazem parte do conjunto de interesses defendidos por este grupo.

Diante das inúmeras possibilidades de enquadramento desta variável – governo, setor privado, organizações da sociedade civil ou instituições de pesquisa, dentre outros –, é pertinente perguntar porque estamos associando a discussão sobre o foco institucional ao controle social das políticas públicas. A resposta é simples: porque os resultados alcançados no processo de monitoramento promovido pela ANDI nos conduzem à constatação de que a cobertura tende a ser apresentada ao leitor a partir da ótica governamental.

Se somadas, as notícias com foco nos Poderes Executivos (nacionais e internacionais) e no Legislativo e Judiciário brasileiro chegam a um índice de 26,6% no primeiro período de análise e de 34,7% no segundo, evidenciando um aumento de quase dez pontos percentuais entre as duas investigações.

Ao discutir à temática primordialmente segundo o viés das ações, debates e propostas geradas no âmbito do Estado, a mídia contribui para que tal ponto de vista ganhe visibilidade junto à população – sem dúvida um passo importante para o exercício da *accountability* e para controle social das políticas públicas.

Não se trata, no entanto, de afirmar que perspectivas institucionais diferentes desta não tenham sido consideradas pela imprensa; elas o foram, ainda que com percentuais menos expressivos, como podemos observar na leitura da Tabela 26.

TABELA 26

FOCO INSTITUCIONAL*		
<i>(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)</i>		
Perspectiva institucional	2005/2007	2007/2008
Poder Executivo nacional e internacional	23,3%	32,7%
Poder Legislativo brasileiro	2,8%	2,0%
Poder Judiciário brasileiro	0,5%	0,0%
Organismos internacionais	8,6%	10,2%
Setor privado	10,1%	13,3%
Organizações da sociedade civil	5,9%	9,1%
Movimento social	1,1%	0,1%
Intersetorial	14,2%	7,2%
Instituições de ensino e pesquisa	17,4%	13,9%
Não foi possível identificar	16,2%	11,5%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

TABELA 27

ESFERAS DE GOVERNO*		
<i>(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas com foco no Executivo nacional ou internacional - 23,2% em 2005/2007 e 32,7% em 2007/2008)</i>		
Esferas de governo mencionadas	2005/2007	2007/2008
Executivo Federal brasileiro	26,0%	40,7%
Estados brasileiros	10,7%	12,4%
Municípios brasileiros	6,0%	7,1%
Parcerias entre dois ou mais níveis de governo (Brasil)	4,7%	1,6%
Governos estrangeiros	46,7%	25,0%
Parceria entre governos nacionais	4,7%	8,0%
Não está explícito ou não foi possível identificar	1,3%	5,2%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

Vale especialmente mencionar o destaque conferido às instituições de ensino e pesquisa, as quais, apesar da queda entre primeiro e segundo período analisados, se mantiveram como foco institucional de 17,4% e de 13,9% das notícias selecionadas, respectivamente.

A Tabela 26 nos chama a atenção, ainda, para algumas mudanças de tendência no comportamento desta variável, como o aumento no número de textos focalizados na sociedade civil (de 5,9% para 9,1%) e a queda daqueles pautados pelas ações intersetoriais (de 14,2% para 7,2%).

Em parte dos conteúdos analisados não foi possível identificar o enquadramento institucional; muito provavelmente, por se tratarem de matérias que abordam o assunto a partir de uma perspectiva temática vinculada a questões gerais sobre meio ambiente. Nesse sentido, vale observar a redução no número de notícias com esse perfil entre a primeira e a segunda fase da pesquisa: de 16,2% para 11,5%.

Valorização da esfera nacional

A avaliação do foco institucional nos oferece outras leituras interessantes. Se por um lado a perspectiva governamental mostrou-se a mais expressiva ao longo de todo os anos analisados, por outro houve uma inversão em relação à esfera de governo (nacional ou internacional) de maior destaque na abordagem midiática. Por meio da Tabela 27 é possível perceber a predominância dos governos estrangeiros no primeiro período, quando pautaram 46,7% das matérias cujo foco institucional recaía sobre o Executivo. Já no segundo processo de monitoramento esse lugar foi assumido pelo governo

brasileiro, que subiu de 26% para 40,7% enquanto os governos de outros países tiveram sua participação reduzida para 25%. Novamente, estamos diante de dados que corroboram os apontamentos já apresentados na presente análise: há uma clara valorização da esfera interna na abordagem das Mudanças Climáticas pelos jornais brasileiros.

É importante observar um enfoque menos expressivo nas administrações estaduais (10,7% e 12,4% no primeiro e no segundo períodos, respectivamente) e municipais brasileiras (6,0% e 7,1%). Por hipótese, a concentração no Executivo Federal pode ser compreendida a partir de uma possível insuficiência de iniciativas nos outros níveis da administração pública, ou então por uma capacidade maior de agendamento das instituições que compõem a estrutura do Poder Público Federal.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PAUTA

Vamos examinar de forma mais aprofundada como os resultados de nossa investigação permitem reconhecer na mídia um relevante canal de discussão importante sobre as ações implementadas pelo governo no campo das alterações climáticas.

Não seria exagero inferir que os 32,7% das notícias selecionadas entre julho de 2007 e dezembro de 2008, com foco no Executivo, mencionam políticas públicas. Esse número não representa, necessariamente, a referência a programas de governo em um sentido estrito, mas sim citações a toda e qualquer ação tomada no contexto do Poder Executivo, principal responsável pela elaboração e execução das políticas assumidas pelos Estados nacionais. Nesse sentido, podemos adotar uma concepção mais ampla de política pública, no contexto da qual devem estar incluídas não apenas propostas concretas, mas também os debates conduzidos pelo Executivo no intuito de apresentar alternativas às Mudanças Climáticas.

De acordo com esses parâmetros, os resultados alcançados no presente estudo se mostram bastante positivos. Conforme já vimos, a menção às ações sugeridas e implementadas pelos governos (nacionais e estrangeiros) já eram bastante expressivas nos primeiros anos de investigação: 23,2% dos textos entre julho de 2005 e junho de 2007. No segundo período, esse índice cresceu ainda mais, chegando a 32,7% da cobertura (Tabela 26).

A título de comparação, vale mencionar que a referência a políticas públicas em outras pesquisas conduzidas pela ANDI se manteve em patamares bem menos consistentes. Nas notícias sobre infância e adolescência avaliadas em 2007, por exemplo, ela foi de apenas 16%.

A maior atenção da imprensa em relação às ações tomadas pelos governos pode ser avaliada como reflexo de uma série de fatores, entre os quais merece menção, no caso do Brasil, o fortalecimento das discussões em torno do combate ao aquecimento global no seio do próprio Poder Público, especialmente ao longo de 2008. Em junho daquele ano, por exemplo, o Executivo brasileiro encaminhou ao Parlamento a proposta de lei que institui a **Política Nacional de Combate às Mudanças Climáticas**, documento que antecedeu o Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Avaliando as ações públicas

Outra boa notícia em relação às menções a políticas públicas é a referência crescente a ações de avaliação, que subiram de 2,7% para 11,1% (Tabela 28). Da mesma forma, veremos na tabela 29 que os indicadores de resultados tiveram um leve aumento, de 3,3% para 5,5% – apesar de ainda pouco expressivo, esse dado aponta evolução no interesse da imprensa em acompanhar e avaliar as ações implementadas pelo governo.



Compromisso com o futuro

“O Brasil precisa assumir um compromisso de longo prazo com as gerações futuras e buscar um novo modelo de desenvolvimento que minimize as emissões de CO₂. Também deve mapear as nossas vulnerabilidades para criar uma política nacional de enfrentamento das mudanças climáticas – da mesma forma que há planos para acabar com o analfabetismo ou com a fome”.

Carlos Nobre, doutor em meteorologia e coordenador geral do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Vale destacar que a sociedade civil está empenhada no processo de construção de uma política eficaz em relação às alterações climáticas no Brasil. Em outubro de 2008, o Observatório do Clima, que reúne diversas ONGs, entregou ao governo o documento “Elementos para Formulação de um Marco Regulatório em Mudanças Climáticas no Brasil: Contribuições da Sociedade Civil”. A ideia é aprimorar as diretrizes do documento, estabelecendo metas e prazos para a transição do país para uma economia de baixo carbono e a consequente redução de emissões de gases de efeito estufa.

A referência ao orçamento empregado em tais políticas também merece destaque. No total de matérias que mencionaram políticas públicas (dentro da concepção estendida aqui adotada) nos dois períodos, respectivamente 9,3% e 12,1% utilizaram dados orçamentários para complementar sua abordagem.

Nunca é demais sublinhar que um tratamento editorial consistente no que se refere ao acompanhamento das políticas públicas pode contribuir muito para uma melhor atuação por parte dos governantes. Como observa o economista André Soliani, a cobertura jornalística precisa fiscalizar não apenas a destinação do recurso via orçamento público, mas também os resultados desse investimento. “Seguir o dinheiro gasto pelo Estado é colaborar para o debate sobre quais são as melhores alternativas para acelerar o desenvolvimento socioeconômico brasileiro”¹, avalia.

TABELA 28

MATÉRIAS QUE MENCIONAM A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS*		
<i>(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas com foco no Executivo nacional ou internacional - 23,2% em 2005/2007 e 32,7% em 2007/2008)</i>		
Mencionam avaliação	2005/2007	2007/2008
Sim	2,7%	11,1%
Não	97,3%	88,9%
Total	100,0%	100,0%

**Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.*

TABELA 29

MATÉRIAS QUE MENCIONAM INDICADORES DE RESULTADO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS*		
<i>(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas com foco no Executivo nacional ou internacional - 23,2% em 2005/2007 e 32,7% em 2007/2008)</i>		
Mencionam indicadores de resultado	2005/2007	2007/2008
Sim	3,3%	5,5%
Não	96,7%	94,5%
Total	100,0%	100,0%

**Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.*

TABELA 30

MATÉRIAS QUE MENCIONAM ORÇAMENTO PÚBLICO*		
<i>(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas com foco no Executivo nacional ou internacional - 23,2% em 2005/2007 e 32,7% em 2007/2008)</i>		
Mencionam orçamento público	2005/2007	2007/2008
Sim	9,3%	12,1%
Não	90,7%	87,9%
Total	100,0%	100,0%

**Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.*

1 SOLIANI, André. Siga o dinheiro: orçamento e cobertura das políticas sociais in **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. Cortez, 2008.

AS POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO NO CENTRO DO DEBATE

No já citado *Relatório Stern*, publicado no ano de 2006, afirma-se veementemente que as Mudanças Climáticas afetarão diretamente a vida diária de pessoas no mundo inteiro. Para que o impacto dessas transformações possa ser minimizado, os diversos setores da sociedade devem mobilizar-se na busca de medidas urgentes de enfrentamento da questão.

Nesse sentido, é fundamental que políticas de mitigação e adaptação sejam pensadas e implementadas pelas autoridades competentes o mais rápido possível. O primeiro grupo de estratégias incide diretamente sobre as causas do fenômeno, ao passo que o segundo prioriza o desenvolvimento de práticas, produtos e tecnologias que se adaptem com maior facilidade a temperaturas mais elevadas.

Os parágrafos que veremos à frente procurarão aprofundar o debate sobre essas duas possibilidades e sobre a forma como elas são retratadas pela mídia, destacando, especialmente, as iniciativas governamentais e discutindo as responsabilidades compartilhadas por diversos atores sociais na sua condução.

MITIGAÇÃO

A despeito da existência ou não de um consenso a respeito da melhor maneira de enfrentar as Mudanças Climáticas, a análise do cenário internacional nos permite dizer que há um esforço crescente na tentativa de fortalecer o debate sobre as diferentes estratégias em questão. Uma série de iniciativas tem

ganhado vulto a partir de posições tomadas por políticos, ambientalistas, acadêmicos e uma série de outros atores atentos aos impactos dos desequilíbrios climáticos sobre as gerações futuras.

Os dados apresentados a seguir nos indicam que esse posicionamento tem um reflexo direto na cobertura da imprensa, algo que já havia sido evidenciado no aumento do número de notícias cujo foco temático se concentra na busca de respostas para o problema (ver Capítulo 1). Seguindo esta mesma tendência, os resultados alcançados nos dois

períodos analisados pela ANDI indicam uma preocupação cada vez mais evidente com a adoção de políticas que tenham incidência direta sobre o volume de emissões dos gases de efeito estufa.

A Tabela 31 nos mostra como as medidas de mitigação ganharam espaço na mídia brasileira ao longo dos últimos anos. O volume de textos que se referem a elas chegou a representar 51,1% do total de notícias selecionadas entre julho de 2007 e dezembro de 2008. No primeiro período, elas foram mencionadas em 45,9% do universo analisado.

TABELA 31

MATÉRIAS QUE MENCIONAM FORMAS DE MITIGAÇÃO*		
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)		
Menciona formas de mitigação	2005/2007	2007/2008
Sim	45,9%	51,1%
Não	54,1%	48,9%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

No que se refere às áreas de incidência de tais estratégias podemos observar uma mudança de foco. As questões energéticas, consideradas prioritárias no primeiro período (45,1%), cederam espaço para o debate em torno de outras áreas, dentre elas:

- As atividades industriais, que subiram de 6,8% para 10%;
- A venda de crédito de carbono, que saiu de uma completa omissão para expressivos 9,8%;
- O sistema de transporte, que subiu de 7,5% para 9,2%.

Vale ressaltar que no segundo período o manejo das florestas e do solo se destacou como a área de incidência mais freqüente no noticiário (25,4%).

Apesar da queda na menção a medidas relacionadas à oferta de energia, a referência a esse setor continuou sendo bastante expressiva na segunda fase da pesquisa. As estratégias de redução relacionadas a ele se pautaram, basicamente, pela substituição dos combustíveis fósseis por energias limpas, especialmente pelo etanol, cuja repercussão na mídia foi impulsionada pela propaganda positiva feita pelo Governo Federal interna e externamente.

TABELA 32

ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO POR ÁREAS DE INCIDÊNCIA*

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas que mencionam formas de mitigação – 45,9% em 2005/2007 e 51,1% em 2007/2008)

Áreas de incidência	2005/2007	2007/2008
Florestas e uso do solo	26,4%	25,4%
Oferta de energia	45,1%	20,8%
Indústria	6,8%	10,0%
Venda de crédito de carbono	0,0%	9,8%
Transporte	7,5%	9,2%
Resíduos	6,4%	4,9%
Agricultura	4,1%	3,0%
Outros	3,8%	16,9%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

Gradualmente, os créditos de carbono vêm se consolidando como uma espécie de moeda ambiental, que pode ser comercializada entre países e empresas que necessitam reduzir suas emissões. O mercado de carbono foi estabelecido na Convenção-Quadro das Nações Unidas para viabilizar a redução de emissões em países desenvolvidos. O seu principal instrumento é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite que empresas e governos de países desenvolvidos invistam em projetos de energia limpa nas nações em desenvolvimento. Ao diminuir o nível das emissões, esses projetos geram créditos, que podem ser adquiridos pelos seus investidores. Ao comprá-los, os países ricos conseguem compensar parte das suas emissões.

Há mercados de carbono que funcionam independentemente dos mecanismos da Convenção. O principal exemplo é o Emissions Trade Scheme (ETS) da União Européia, que estabelece um limite máximo de emissões para diversas atividades do setor produtivo. Indústrias que conseguem reduzir suas emissões para além das metas estabelecidas pelos governos podem vender créditos àquelas que não conseguem atingir o limite proposto pelos governos.

Um dado importante a ser observado na análise dos dois períodos monitorados é o aumento na menção ao mercado de **créditos de carbono**. Inicialmente ignorada pela imprensa, essa estratégia ganhou força a partir do segundo semestre de 2007, chegando a representar 9,8% do total de notícias que citam formas de mitigação entre julho de 2007 e dezembro de 2008.

Vale observar ainda que o aumento na referência à opção “outros”, na Tabela 32, se deve à maior atenção dedicada, principalmente, ao foco nos diversos processos de conscientização da população em prol de um consumo mais

A semente desse novo acordo foi plantada em 2007, na COP-13, realizada em Bali. A expectativa é que o acordo seja assinado na conferência de Copenhague (COP-15), em 2009. O novo acordo climático global virá substituir o Protocolo de Quioto, que se encerra em 2012. A proposta por trás da elaboração desse documento é renovar os compromissos já existentes, além de estabelecer metas mais ambiciosas para a redução das emissões (o Protocolo de Quioto prevê a contração, até 2012, da emissão de gases poluentes em 5,2% em relação aos níveis encontrados em 1990).

consciente dos recursos não renováveis, além da neutralização do carbono por meio do plantio de árvores.

Discutindo as metas de redução de emissões

A análise dos dados da cobertura nos indica claramente uma valorização do debate em torno da necessidade de investimento em políticas públicas que reduzam diretamente o volume de gases de efeito estufa na atmosfera. Dentre as variáveis que podem ter impulsionado esse tipo de abordagem estão as negociações acerca de um novo **acordo climático global**, onde serão definidas estratégias inovadoras de mitigação, especialmente em relação à degradação e ao desmatamento das florestas.

O esforço em torno de negociações desse tipo está embasado na idéia de que um entendimento internacionalmente compartilhado em relação aos parâmetros, objetivos e metas a serem atingidos é um valioso fundamento para a ação de cada país. Vale ter em mente, no entanto, que a imposição de limites nas emissões depende de uma série de condicionantes, que vão desde a vontade política dos governantes de cada nação até os elementos socioculturais que permeiam os costumes e hábitos assumidos pela população.

A análise dos dados abaixo nos permite dizer que a imprensa brasileira tem progredido na cobrança de ações efetivas nesse sentido, comportamento evidenciado pela referência cada vez mais freqüente a metas de redução de modo geral, bem como à posição adotada pelo governo brasileiro em relação a elas. O crescimento observado na menção a metas, entre os dois períodos analisados, foi de mais

de 15 pontos percentuais. Se em um primeiro momento apenas 15,4% do noticiário fazia esse tipo de referência, no segundo período esse índice subiu para 32,9% (Tabela 33).

A identificação da posição do Brasil no que se refere à adoção de tais restrições seguiu a mesma tendência ascendente. Entre o primeiro e o segundo período, o índice de matérias que traziam esse enfoque passou de 3,7% para 11,8% do total de textos analisados. Esse acréscimo é mais um sinal positivo de que imprensa tem procurado não apenas retratar aspectos específicos da nossa realidade, conforme já foi dito anteriormente, mas

também trazer ao público elementos que permitam identificar a posição do governo brasileiro no que diz respeito ao debate travado no âmbito internacional.

É importante ter clareza de que, de acordo com o Protocolo de Quioto, o Brasil não é obrigado a restringir suas emissões de gases de efeito estufa, uma vez que as limitações impostas pelo documento atingem apenas os países desenvolvidos. Valendo-se dessa prerrogativa, o discurso assumido pelo governo não tem sinalizado para a adoção de mecanismos desse tipo no contexto do novo acordo global sobre o clima.

Por outro lado, durante a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, divulgado em versão preliminar em 2008, houve uma grande pressão da sociedade civil, por meio de organizações ambientalistas e pesquisadores, para a definição mais clara de metas a serem cumpridas. A mobilização resultou na inclusão de índices para o combate ao desmatamento na versão final do docu-

TABELA 33

MATÉRIAS QUE MENCIONAM METAS PARA A REDUÇÃO DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA*

(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Mencionam metas para a redução de emissão	2005/2007	2007/2008
Sim	15,4%	32,9%
Não	86,6%	67,1%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

TABELA 34

MATÉRIAS QUE MENCIONAM A POSIÇÃO DO BRASIL EM RELAÇÃO ÀS METAS PARA A REDUÇÃO DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Mencionam a posição do Brasil em relação a metas	2005/2007	2007/2008
Sim	3,7%	11,8%
Não	96,3%	88,2%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

mento, mas as emissões de gases de efeito estufa ficaram de fora.

Apesar disso, é preciso registrar os avanços no nível de compromisso do governo brasileiro quanto à adoção de medidas que incidem sobre a liberação desses gases. Entre as diretrizes incluídas no Plano Nacional podemos destacar:

- Dobrar as áreas de florestas plantadas no país de 5,5 milhões para 11 milhões de hectares até 2015;

58

- Diminuir em 72% o desmatamento da Amazônia até 2017, em relação à média do período 1996-2005.
- Recuperar 100 milhões de hectares de pastos degradados;
- Aumentar a produção de etanol em 11% ao ano e reduzir as emissões de CO₂ por parte da Petrobras em 20 milhões de toneladas até 2012.

ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO

As medidas de adaptação, por sua vez, ainda ocupam um espaço bastante reduzido no noticiário, especialmente se comparadas às estratégias de mitigação. Não obstante, devemos registrar o aumento na referência a elas entre as duas fases do monitoramento aqui apresentado, com acréscimo de 3,6% para 11,9%.

É interessante salientar que a preferência pela mitigação não é uma particularidade da imprensa. Durante muito tempo, as estratégias de adaptação estiveram ausentes do discurso assumido por gestores e formadores de opinião. Ao se analisar, por exemplo, as principais reuniões realizadas entre lideranças mundiais de 2006 a 2008, fica evidente a presença de um debate muito mais centrado na necessidade de redução das emissões dos GEE do que nas medidas de adaptação.

Somente com a aceleração e o agravamento dos impactos causados pelas alterações climáticas – como verificado nas grandes enchentes no Sul do Brasil (Santa Catarina), no calor extremo na Austrália, na possibilidade de desaparecimento de pequenas ilhas ou na crise mundial de alimentos, entre outros – se evidenciou a necessidade de aliar estas duas estratégias. Especialistas no assunto alertam que os investimentos na adaptação devem ser considerados tão **emergenciais** quanto aqueles voltados à redução de gases de efeito estufa.

A relevância deste debate fica evidente, por exemplo, em relatos como o de Stern:

“As políticas de adaptação são cruciais para lidar com os inevitáveis impactos das Mudanças Climáticas, mas tem sido subenfatizadas em muitos países. A adaptação é a única resposta disponível para os impactos que irão ocorrer ao longo das próximas décadas, antes que as medidas de mitigação tenham efeito”.

STERN, Nicholas. **The economics of climate change**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

TABELA 35

MATÉRIAS QUE MENCIONAM FORMAS DE ADAPTAÇÃO*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas - 2005/2007 e 2007/2008)

Menciona formas de adaptação	2005/2007	2007/2008
Sim	3,6%	11,9%
Não	96,4%	88,1%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

DISCUTINDO RESPONSABILIDADES

Conforme foi argumentado no Capítulo 2, a intervenção humana tem sido cada vez mais mencionada como a principal causa dos desequilíbrios climáticos observados nas últimas décadas. Diante desse resultado, é fundamental discutirmos como a mídia distribui essa responsabilidade entre os atores que conformam o ambiente social.

TABELA 36

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS PELAS CAUSAS APONTADAS*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas que mencionaram causas - 36,5% em 2005/2007 e 36,6% em 2007/2008)

Responsáveis	2005/2007	2007/2008
Governo brasileiro	8,0%	10,7%
Poder Executivo	7,2%	10,1%
Poder Legislativo	0,4%	0,6%
Poder Judiciário	0,4%	0,0%
Autoridades Reguladoras	0,0%	0,0%
Governos estrangeiros	15,7%	13,5%
Organismos internacionais	3,0%	5,4%
Setor privado	8,5%	15,2%
Sociedade civil organizada	7,2%	3,7%
Sociedade em geral	9,4%	16,9%
Indivíduos	4,3%	0,0%
Outros	1,3%	7,3%
Não foi possível identificar	42,6%	27,3%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.

Nesse sentido, a Tabela 36 nos indica que os governos (nacionais e internacionais) ocupam uma posição de destaque em meio aos responsáveis apontados pela imprensa. Se somados, os poderes públicos do Brasil e de outros países são responsabilizados em 24,2% das matérias analisadas a partir do segundo semestre de 2007, percentual muito semelhante ao observado no período anterior (23,7%).

Outro dado importante é o aumento no número de notícias que responsabilizam a sociedade em geral, que entre os dois períodos monitorados subiu de 9,4% para 16,9% das matérias analisadas. Essa tendência inspira certa preocupação, já que reflete a adoção de um comportamento generalista por parte de alguns veículos, que tendem a ignorar as responsabilidades específicas que cada um dos atores sociais tem sobre a questão.

Apesar de algumas limitações na abordagem deste aspecto, temos também avanços importantes, como o aumento na percepção de que o setor privado é um ator chave nos processos que levam ao desequilíbrio ambiental (de 8,5% para 15,2%) e que, portanto, devemos pensar em estratégias que incidam diretamente sobre as grandes corporações e suas lideranças.

De quem dependem as soluções?

Os resultados do estudo implementado pela ANDI indicam ainda uma importante alteração na hierarquização dos atores considerados responsáveis pela busca de soluções. Se no primeiro momento a cobertura estava pautada pela percepção de que cabia aos governos estrangeiros o papel de apresentar respostas para o problema (24%) – e que essas soluções poderiam ser alcançadas por meio de parcerias e acordos entre nações, como no caso dos tratados para a redução de emissões –, na segunda investigação a demanda foi transferida para o governo nacional, especialmente para o Executivo brasileiro (32,2%).

Vale notar que outras esferas de poder, como o Legislativo, o Judiciário e as Agências reguladoras, são praticamente eximidas da responsabilidade de contribuir com a construção de alternativas para o problema, sendo mencio-

TABELA 37

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS PELAS SOLUÇÕES APONTADAS*
(% sobre o total de notícias referentes às Mudanças Climáticas que mencionaram soluções – 41,8% em 2005/2007 e 41,1% em 2007/2008)

Responsáveis	2005/2007	2007/2008
Governo brasileiro	20,1%	32,8%
Poder Executivo	17,8%	32,2%
Poder Legislativo	1,9%	0,4%
Poder Judiciário	0,0%	0,2%
Autoridades reguladoras	0,4%	0,0%
Governos estrangeiros	24,5%	16,2%
Organismos internacionais	10,0%	3,5%
Setor privado	17,8%	17,3%
Sociedade civil organizada	9,3%	10,3%
Sociedade em geral	4,8%	7,9%
Outros	1,5%	6,1%
Não foi possível identificar	11,9%	5,9%
Total	100,0%	100,0%

*Foram consideradas nesta tabela apenas as notícias classificadas como de densidade média ou alta no que se refere aos temas das Mudanças Climáticas.



A Responsabilidade Social Empresarial fora da Pauta

Apesar da referência expressiva ao setor privado como responsável pelas causas e pela busca de soluções para as Mudanças Climáticas, a menção à Responsabilidade Social Empresarial foi quase inexistente nos dois períodos analisados. Entre julho de 2005 e julho de 2007, apenas 1,9% dos 50 jornais monitorados mencionaram esse aspecto. No período seguinte (julho de 2007 a dezembro de 2008) esse índice foi de 2,5%.

nadas em menos de 2% das notícias que mencionam soluções, ao longo de todo o período monitorado.

Essa inversão se insere em um processo de maior valorização da esfera interna, assumido pelas redações dos diários monitorados, conforme já discutido em outra seção deste documento. Vale notar que as iniciativas tomadas pelo governo brasileiro, ao longo de 2008, podem ter impulsionado esse tipo de abordagem. Entre outras medidas, merecem destaque:

- A defesa da produção brasileira de biocombustíveis durante a Conferência Mundial de Segurança Alimentar, em Roma;
- As negociações com a sociedade civil e a aprovação de metas para o Plano Nacional de Mudanças Climáticas;
- A criação dos fundos para investimento nas regiões Amazônica e Nordeste.

Um dado importante a ser observado é o descompasso entre a apresentação dos atores sobre os quais recai a “culpa” pelo

problema e aqueles que, segundo retratado pela mídia, devem buscar as soluções. Não raro, são apontados como principais responsáveis pela implementação das potenciais estratégias de solução atores que não foram, na mesma proporção, identificados como envolvidos na produção dos problemas em pauta.

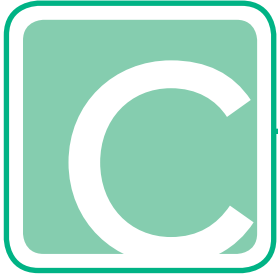
Os resultados encontrados entre julho de 2007 e dezembro de 2008 exemplificam bem esse comportamento. Enquanto a sociedade em geral foi vista como responsável pelas causas discutidas em 16,9% dos textos, é considerada parte das soluções em apenas 7,9% deles. O mesmo ocorre com o Executivo brasileiro, apontado como responsável pelas causas em 10,1% das matérias analisadas e como potencial empreendedor de soluções em 32,2%.

Apesar do aparente desajuste, esse dado revela uma característica positiva na cobertura do tema, já que reforça o papel do Estado como regulador, mesmo nos casos em que a raiz do problema está identificada fora dele – na sociedade em geral ou no setor empresarial, por exemplo.

Segundo já havia colocado Nicolas Stern, cujo relatório citamos inúmeras vezes ao longo deste documento, cabe ao Estado enviar aos mercados sinais de que ações de mitigação podem ser vistas como investimentos. Da mesma forma, está em suas mãos a definição dos parâmetros a partir dos quais a sociedade deve se movimentar na busca de soluções.

Não se trata de eximir os demais atores sociais de responsabilidade no combate às Mudanças Climáticas, mas de reforçar a idéia de que um plano eficiente deve envolver não somente a capacidade direta do Estado de enfrentar o problema, mas também a sua ação legítima no sentido de estabelecer as regras do jogo. ♦

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Limitar o avanço das Mudanças Climáticas é, sem dúvida, um dos maiores desafios a serem superados pelas sociedades contemporâneas. Não por acaso, esse tema vem sendo inserido em uma extensa agenda de debates internacionais, envolvendo os mais diversos segmentos sociais – ambientalistas, políticos, empresários, sociedade civil e um conjunto de outros atores dispostos a promover o diálogo em torno das causas e dos impactos que o fenômeno pode trazer às gerações futuras.

Diante das evidências apresentadas nos inúmeros relatórios científicos divulgados nos últimos anos, parece razoável concluirmos que o enfrentamento da questão deve ser assumido como prioridade. A grande pergunta é: como fazê-lo? E, mais que isso: a quem cabe a responsabilidade de encontrar saídas? Infelizmente, não existem respostas prontas para essas duas perguntas. Mas se pode dizer que precisamos de um esforço conjunto na busca de caminhos que nos conduzam a adoção de hábitos de consumo mais responsáveis em relação ao meio ambiente. É preciso ter coragem de questionar o nosso modelo de desenvolvimento, e de cobrar das autoridades públicas a elaboração de políticas que incidam diretamente sobre o cerne do problema.

Assumindo o argumento de que os diversos atores e instituições sociais devem contribuir, de alguma forma, para o combate ao aquecimento global, gostaríamos de voltar a um ponto colocado na introdução deste documento: qual tem sido a parcela de contribuição oferecida pela imprensa brasileira nesse processo?

Antes de respondermos diretamente à questão, é importante dizer que os dados aqui discutidos apresentam um dos cenários mais interessantes já observados pela ANDI nos seus mais de 12 anos de pesquisa de mídia. Se identifica um processo claro de evolução na abordagem do tema, com destaque para o fato de que, ao longo de três anos e meio de monitoramento, constatou-se a migração de uma pauta fortemente internacionalizada para a cobertura de contextos próprios da realidade brasileira e de aspectos locais, estabelecendo elos entre um fenômeno de caráter tão abrangente com a vida cotidiana do público que acessa as informações oferecidas por tais diários.

Vale mencionar que inúmeros especialistas em Mídia e Mudanças Climáticas defendem a adoção de uma abordagem jornalística que consiga estabelecer esse tipo de conexão. Ao se falar de alterações climáticas, aquecimento global ou qualquer outra denominação que o fenômeno possa ganhar, é importante esclarecer os leitores como eles serão afetados por tais transformações.

Merece destaque, também, a recente adoção de uma linha editorial menos sensacionalista e mais comprometida com o debate em torno das so-

luções. Isto além da crescente menção a políticas públicas e da oferta de informações a respeito da posição do governo brasileiro frente aos desafios colocados. A citação ao orçamento e aos indicadores de resultados atingiu patamares significativos, o que nos leva a crer que as redações têm apresentado sinais de progresso na sua contribuição ao exercício do controle social sobre as ações dos poderes públicos no tocante ao enfrentamento das Mudanças Climáticas.

Infelizmente, não temos apenas bons resultados a apresentar. A cobertura sobre o tema ainda registra uma série de limitações, que devem ser encaradas como desafios a superar. O principal deles é a concentração da cobertura nos jornais de grande circulação. Os diários de menor alcance seguem apresentando dificuldades no agendamento do fenômeno. Sendo assim, é válido considerar a implementação de estratégias de mobilização que garantam a inclusão das Mudanças Climáticas na pauta desses periódicos.

Outro aspecto a ser trabalhado é a necessidade de transversalização do debate. Os desequilíbrios climáticos continuam sendo abordados como um problema de cunho exclusivamente ambiental por parte significativa da imprensa brasileira. Nesse sentido, é preciso que o tema deixe de figurar apenas nas páginas especializadas e assuma um caráter transversal, contemplando não apenas os aspectos técnicos relacionados ao fenômeno, mas também trazendo para o centro da discussão questões relativas à política, à economia e ao comportamento.

Essa demanda responde em primeiro lugar, ao fato de que os impactos previstos atingem os mais diversos setores. Mas já se sabe, além disso, que não é possível pensar em soluções dissociadas do contexto das políticas públicas, dos modelos de desenvolvimento econômico ou dos padrões de consumo e de comportamento assumidos pelas sociedades contemporâneas. Diante de tal cenário, é preciso que imprensa assuma a responsabilidade de levar o conhecimento técnico sobre o tema para o âmbito de outras editorias, propiciando a necessária diversificação do debate.

É preciso reconhecer, todavia, que o panorama construído com base nos dados obtidos pela ANDI não se manteve estagnado ao longo do período de monitoramento. Tivemos avanços nos enquadramentos econômicos, é verdade, mas ainda estamos longe de uma cobertura que garanta um real entendimento sobre a gravidade do problema para as principais áreas de atividade humana.

Conforme salientamos ao longo do presente documento, as limitações reveladas pela cobertura podem ser transformadas em fortalezas, na medida em que sejam consideradas fatores de diagnóstico para qualificação do debate sobre as Mudanças Climáticas. Nesse sentido, enfrentar os desafios revelados pela análise pode agregar avanços significativos no tratamento editorial dispensado ao tema, além de constituir um caminho seguro para a continuidade de seu agendamento junto à sociedade brasileira. ◆

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTAXO, Paulo. A Amazônia e as mudanças globais. **Ciência Hoje**, vol. 38, nº 224, março de 2006, pp. 20-25.
- BELL, Allan. Media (mis)communication on the science of climate change. **Public Understanding of Science**, v. 3, p. 259-275, 1994.
- _____. Climate of opinion: public and media discourse on the global environment. **Discourse Society**, v. 5, n. 1, p. 33-64, 1994.
- BORD, Richard J.; FISHER, Ann; O'CONNOR, Robert E. Public perceptions of global warming: United States and international perspectives. **Climate Research**, v. 11, p. 75-84, 1998.
- BOYKOFF, Maxwell T.; BOYKOFF, Jules M. Balance as bias: global warming and the US prestige press. **Global Environmental Change**, v. 14, p. 125-136, 2004.
- BRULLE, Robert J. **2008's Year-Long Fall-off in Climate Coverage: Tracking the Trends, and the Reasons Behind Them**. Disponível em: <http://www.yaleclimate-mediaforum.org/2008/12/2008-year-long-fall-off-nclimate-coverage>, acessado em 18 de maio de 2009.
- CORBETT, Julia; DURFEE, Jessica. Testing public (un)certainty of science: media representations of global warming. **Science Communication**, v. 26, n. 2, p. 129-151, 2004.
- DOWNS, Anthony. **Up and down with ecology: the issue-attention cycle**. Disponível em: <http://anthonydowns.com/upanddown.htm>, acessado em 18 de maio de 2008.
- GALTUNG, Johan and RUGE, Mari Holmboe. Crises in four Norwegian newspapers: the structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus. **Journal of Peace Research**, 2, 1965, pp. 64-90.
- GOLDEMBERG, José. Mudanças climáticas e desenvolvimento. **Estudos Avançados**, 14 (39), 2000, pp. 77-83.
- GRAHEN, Salma. **Filling in the Tapestry: The Second Level of Agenda Setting**. Disponível em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=29210605>, acessado em 22 de maio de 2009
- HANSEN, A. et. al. **Mass communication research methods**. New York: New York University Press, 1998.
- IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. **Mudança do clima 2007: mitigação da mudança do clima. Contribuição do grupo de trabalho III ao quarto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Sumário para os formuladores de políticas**. Bancoc: 2007.
- KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Choices, values, and frames. **American Psychologist**, 39, 341-350, 1984.
- KWEON, Sanghee. A framing analysis: how did three U.S. news magazines frame about mergers or acquisitions? **Journal of Media Management**, vol. 2., n III/IV, 2000, pp. 165-177.
- McCOMAS, Katherine; SHANAHAN, James. Telling stories about global climate change: measuring the impact of narratives on issue cycles. **Communication Research**, v. 26, n. 1, p. 30-57, 1999.
- McCOMBS, M. E. and SHAW, D. L. The agenda-setting function of the press, in: GRABER, D. A. **Media power in politics**. 2nd ed. Washington: Congressional Quarterly Inc, 1990, pp. 73-82.
- PESSOA, Ronaldo Augusto Campos. A Posição do Brasil na política internacional do clima: participação dos atores e sua influência no processo decisório. In: **31º Encontro da AN POCS**, Caxambu, 2007.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as alterações climáticas: solidariedade humana em um mundo dividido**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.
- PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. Trabalho apresentado na XXVI Anpocs, 2002.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SHACKLEY, Simon; WYNNE, Brian. Representing uncertainty in global climate change science and policy: boundary-ordering devices and authority. **Science Technology Human Values**, v. 21, n. 3, p. 275-302, 1996.
- SOLIANI, André. Siga o dinheiro: orçamento e cobertura das políticas sociais. In: **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**, Cortez, 2008.

SOROKA, S.N. Issue attributes and agenda-setting by media, the public, and policymakers in Canada. **International for Public Opinion Research**, v. 14, n. 3, 2002, pp. 265-285.

STAMM, Keith R.; CLARK, Fiona; EBLACAS, Paula Reynolds. Mass communication and public understanding of environmental problems: the case of global warming. **Public Understanding of Science**, v. 9, p. 219-237, 2000.

STERN, Nicholas. **The economics of climate change**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Societal accountability in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 11, n. 4, p. 147-158, 2000.

The Economist. **Getting the message, at last**. November 17th, 2007, pp. 35-6.

TRUMBO, Craig. Constructing climate change: claims and frames in US news coverage of an environmental issue. **Public Understanding of Science**, v. 5, p. 269-283, 1996.

_____. Communication channels and risk information: a cost-utility model. **Science Communication**, v. 20, n. 2, p. 190-203, 1998.

TRUMBO, Craig; SHANAHAN, James. Social research on climate change: where we have been, where we are, and where we might go. **Public Understanding of Science**, v. 9, p.199-204, 2000.

UNESCO. **Press freedom and development**: an analysis of correlations between freedom of the press and the different dimensions of development, poverty, governance and peace. France, 2008.

UNGAR, Sheldon. The rise and (relative) decline of global warming as a social problem. **The Sociological Quarterly**, v. 33, n. 4, p. 483-501, 1992.

_____. Knowledge, ignorance and the popular culture: climate change versus the ozone hole. **Public Understanding of Science**, v. 9, p. 297-312, 2000.

Union of Concerned Scientists. **Smoke, mirrors & hot air**: how ExxonMobil uses big tobacco's tactics to manufacture uncertainty on climate science. Cambridge: Union of Concerned Scientists, 2007.

VIOLA, Eduardo, O regime internacional de mudança climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 25-46, out. 2002.

IYENGAR, Shanto. **Is anyone responsible?** How television frames political issues. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

WEINGART, Peter; ENGELS, Anita; PANSEGRAU, Petra. Risks of communication: discourses on climate change in science, politics, and the mass media. **Public Understanding of Science**, v. 9, p. 261-283, 2000.

WILSON, Kris M. Drought, debate, and uncertainty: measuring reporters' knowledge and ignorance about climate change. **Public Understanding of Science**, v. 9, p. 1-13, 2000.

_____. Forecasting the future: how television weathercasters' attitudes and beliefs about climate change affect their cognitive knowledge on the science. **Science Communication**, v. 24, n. 2, p. 246-268, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

WORLD BANK. **The Right to tell**: the role of mass media in economic development. Washington, D.C, 2002.

WORLD BANK. **Broadcasting, voice, and accountability**: a public interest approach to policy, law, and regulation. Washington, DC: The University of Michigan Press, 2008.

ANEXO I

LISTA DE CONSULTORES

Paulo Eduardo Artaxo Netto

Graduado em Física, mestre em Física Nuclear e doutor em Física Atmosférica pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor titular e chefe do Departamento de Física Aplicada do Instituto de Física da USP. Trabalha com física aplicada a problemas ambientais, atuando principalmente nas questões relacionadas a Mudanças Climáticas, meio ambiente na Amazônia, física de aerossóis atmosféricos, poluição do ar urbana e outros temas. É coordenador do Instituto do Milênio do Experimento LBA, membro do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) e de sete outros painéis científicos internacionais. Em 2004, recebeu um voto de aplauso do Senado Brasileiro pelo trabalho científico sobre meio ambiente na Amazônia.

Paulo Roberto de Souza Moutinho

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (1991) e doutorado em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Atualmente integra o quadro da Universidade Federal do Pará. É Coordenador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e Cientista Associado Adjunto da The Wood Hole Research Center. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas.

Eduardo Jose Viola

Bacharel em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires, com diversas pós-graduações, Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1982) e Pós-doutorado em Economia Política Internacional pela University of Colorado at Boulder (1991). Atualmente é professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, e membro do comitê Dimensões Humanas da Mudança Ambiental Global da Academia Brasileira de Ciências. Pioneiro nas ciências sociais no Brasil na questão da economia política do aquecimento global, já integrou o comitê científico do Human Dimensions of Global Environmental Change Program (Bonn, 2002-05), o Programa LBA Amazônia (2001-06) o Comitê multidisciplinar do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2000), e a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (1995-2004).

ANEXO II

Palavras-chave

A investigação conduzida na primeira fase da pesquisa teve como base uma extensa lista de palavras chaves, elaborada com a colaboração de um grupo de consultores especializados em Mudanças Climáticas. Uma vez realizada a captura eletrônica dos textos jornalísticos e feita a seleção daqueles que, de fato, cumpriam os critérios estabelecidos pela equipe de coordenação desta investigação, notou-se que algumas palavras utilizadas no sistema de busca (em particular as mais específicas) dificilmente eram apresentadas pela imprensa de forma dissociada de expressões mais gerais como “Mudanças Climáticas”, “Alterações Climáticas” ou “Efeito Estufa”.

Diante disso, na segunda fase de investigação optou-se pela adoção de uma lista mais resumida, onde constavam as palavras consideradas de maior eficácia na busca dos textos sobre o tema proposto. As duas listas são apresentadas abaixo.

PRIMEIRA FASE

Questões ambientais amplas

1. Ambiental* (variações: ambientalismo, ambientalista, etc. etc.);
2. Biodiversidade;
3. “Desenvolvimento Sustentável”;
4. Ecologia;
5. Ecossistema;
6. “Futuro da terra”;
7. “Futuro do planeta terra”;
8. “Meio ambiente”;
9. “Sócio-ambiental”;
10. “Sustentabilidade”;

Questões gerais sobre Mudanças Climáticas

11. “Aquecimento Global”;
12. “Cenários Climáticos”;
13. “Clima Global”;
14. “Efeito Estufa”;
15. “Equilíbrio Climático”;
16. “Fenômeno Climático”;
17. “Modelo Climático”;
18. “Mudança Climática”;
19. “Política Verde”;
20. “Sistema Climático”;

Geração/Efeitos Mudanças Climáticas

21. “Camada de Ozônio”;
22. “Carbono Fóssil”;
23. “Carbono Intensivo”;
24. CFC;
25. CO₂;
26. “Combustíveis Fósseis”;
27. Desertificação;
28. Desmatamento;
29. “Dióxido de Carbono”;
30. “Emissões de Carbono”;
31. Emissões fósseis”;
32. “Eventos climáticos extremos”;
33. HCFCs;
34. “Hexafluoreto de Enxofre”;
35. Hidrofluorcarbonetos;

36. Metano;
37. “Óxido Nitroso”;
38. Perfluorcarbonetos;
39. Queimada;
40. Savanização;

Mudanças Climáticas e política nacional/ internacional

41. Biblioclima;
42. “Climate Action Network”;
43. “Conferência das Partes”;
44. COP;
45. “Cúpula da Terra”;
46. “Eco 92”;
47. FBMC;
48. “Inventário de Carbono”;
49. “Inventário de Emissões”;
50. IPCC;
51. MDL;
52. “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”;
53. Mitigação;
54. “Observatório do Clima”;
55. “Pós-2012”;
56. “Pós-Kyoto”;
57. Proinfra;
58. “Protocolo de Kyoto”;
59. “Protocolo de Quioto”;
60. “Prototype Carbon Fund”;
61. “Rio 92”;
62. UNEP;
63. UNFCCC;
64. “World Conservation Monitoring Center”;

Mudanças Climáticas e economia

65. Biomassa;
66. “Carbono Neutro”;
67. “Créditos de Carbono”;
68. “Descarbonização da Matriz Energética”;
69. “Economia de Baixo Carbono”;
70. “Eficiência energética”;
71. “Emissões per capita”;

72. “Energia Eólica”;
73. “Energia Limpa”;
74. “Energia Solar”;
75. “Energia Verde”;
76. “Energias renováveis”;
77. “Estabilização de emissões”;
78. Florestamento;
79. “Intensidade de Carbono”;
80. “Matriz Energética Limpa”;
81. “Mercado de Carbono”;
82. “Queima de Carvão”;
83. “Redução compensada”;
84. “Redução de emissões”;
85. Reflorestamento;
86. “Seqüestro de Carbono”;
87. “Tecnologia Limpa”;
88. “Tecnologia Verde”;
89. “Zoneamento Ecológico Econômico”.

SEGUNDA FASE

Questões gerais sobre Mudanças Climáticas

- “Aquecimento Global”;
- “Aquecimento do Planeta”
- “Aquecimento no Planeta”
- “Mudança(s) no clima”
- “Mudança(s) Climática(s)”;
- “Cenário(s) Climático(s)”;
- “Clima Global”;
- “Equilíbrio Climático”;
- “Alteração/Alterações no Clima”;
- “Fenômeno(s) Climático(s)”;
- “Efeito Estufa”;
- “Conferência das Partes”
- “COP”;
- “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”;
- “MDL”;
- “Crédito de Carbono”;
- “Mercado de Carbono”;
- “Emissão/Emissões de Carbono”;
- “Redução de Emissões”.

FICHA TÉCNICA

ANDI - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA

Presidente: Oscar Vilhena Vieira
Vice-presidente: Geraldinho Vieira
Secretário Executivo: Veet Vivarta

REALIZAÇÃO

ANDI • Agência de Notícias dos Direitos da Infância

APOIO

Programa de Comunicação em Mudanças Climáticas da Embaixada Britânica no Brasil
Conselho Britânico no Brasil

SUPERVISÃO EDITORIAL

Veet Vivarta

EDIÇÃO

Aline Falco

TEXTO

Diana Barbosa, Fábio Senne, Guilherme Canela e Rachel Costa

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Diana Barbosa

ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO

Naiara Rodrigues

CONSULTORES TEMÁTICOS

Eduardo Viola (UnB), Paulo Artaxo (USP), Paulo Moutinho (IPAM)

PESQUISADORES

Ana Potyara
André Cidade Piauilino da Silva
Andrea Ribeiro
Bruno Gontyjo do Couto
Hermes Pena
Manuela Muguruza
Osvaldo Assis Rocha Neto
Paloma Maroni
Rodolfo Ribeiro
Kátia Sens

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

André Nóbrega